



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Francisca Letícia Miranda Gadelha Cardoso

“Mocinhos ou Bandidos?”:

Representações de jovens vítimas de homicídios em jornais brasileiros

Rio de Janeiro

2016

Francisca Letícia Miranda Gadelha Cardoso

“Mocinhos ou Bandidos?”:

Representações de jovens vítimas de homicídios em jornais brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Orientadora: Prof^a Dra. Edinilsa Ramos de Souza

Coorientadora: Prof^a Dra. Kathie Njaine

Rio de Janeiro

2016

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

C268m... Cardoso, Francisca Leticia Miranda Gadelha.
“Mocinhos ou Bandidos?”: representações de jovens vítimas de
homicídios em jornais brasileiros. / Francisca Leticia Miranda
Gadelha Cardoso -- 2016.

102 f. : ilust.; tab. ; graf.

Orientador: Edinilsa Ramos de Souza

Kathie Njaine

Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde
Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

1. Homicídio. 2. Notícias de Jornais. 3. Adolescente. 4.
Jovem. 5. Mídias Sociais. 6. Vítimas de Crime. I. Título.

CDD - 22.ed. – 364.1520981

Francisca Letícia Miranda Gadelha Cardoso

“Mocinhos ou Bandidos?”:

Representações de jovens vítimas de homicídios em jornais brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública.

Aprovada em: 30 de maio de 2016

Banca Examinadora

Prof^a Dra Edinilsa Ramos de Souza, CLAVES/Fiocruz

Prof^a Dra Kathie Njanie, CLAVES/Fiocruz

Prof^a Dra Fátima Cecchetto, CLAVES/Fiocruz

Prof^a Dra Janine Miranda Cardoso, ICICT/ Fiocruz

Rio de Janeiro

2016

Ao meu pai.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me guiar nessa caminhada e por haver me proporcionado a oportunidade de realizar mais um sonho.

À meu pai, por toda dedicação, amor e ensinamentos tão preciosos.

Ao meu amado esposo, pela presença constante, apoio, companheirismo e pelo reconhecimento da importância dessa etapa da minha vida.

À minha irmã, companheira de toda a vida, amiga, crítica e incentivadora constante.

À minha mãe, que mesmo distante torce pelas minhas conquistas

Às colegas de turma: Natália, Luciana e Gabriella- que fizeram a caminhada do mestrado fluir mais fácil.

À orientadora Edinilsa, pela confiança depositada, brilhantes ensinamentos e palavras de estímulo.

À segunda orientadora Kathie, pelas contribuições para esta dissertação.

À Cátia Tavares, ex-PIBIC do Claves, que contribuiu significativamente para a coleta e organização de dados usados nesta dissertação e tornou-se uma amiga.

Aos pesquisadores, professores e funcionários do CLAVES, especialmente ao querido Adriano, bibliotecário que além da ajuda na busca da revisão bibliográfica, animava minhas idas e vindas do CLAVES;

À ENSP, que nos incita a processos de (re)construções constantes.

À CAPES pelo auxílio financeiro

Sonho com o dia em que todos levantar-se-ão e compreenderão que foram feitos para viverem como irmãos (MANDELA).

RESUMO

A presente dissertação traz uma análise documental de notícias de jornais e tem como objetivo analisar as representações sociais dos jovens vítimas de homicídio nos jornais de dez cidades do interior do Brasil. Os dados quantitativos são apresentados em gráficos e tabelas e na abordagem qualitativa usou o referencial teórico-metodológico da teoria das representações sociais. Foram estudadas as notícias de matérias jornalísticas sobre a morte de jovens, de 15 a 29 anos, vítimas de homicídio, publicadas no mês de março de 2013. Foram identificadas 95 notícias, que trouxeram relatos de 111 casos de homicídios de jovens. Os dois jornais com mais matérias foram os da região Centro-Oeste. Não se verificou diferença significativa entre o número de notícias veiculadas nos municípios com altas taxas ou com baixas taxas de mortalidade de jovens por homicídio. As matérias são totalmente descritivas e somente duas delas citaram uma lei e um programa governamental. Quanto aos meios utilizados para a execução do homicídio, grande parcela das mortes foram perpetradas por armas de fogo (71,1%), seguida por arma branca (14,4%). O período do dia em que ocorreu a maioria dos homicídios foi a noite, seguida da madrugada. Os locais onde mais ocorreram homicídios ou onde os corpos foram encontrados foram os espaços públicos. Segundo as notícias, 24,3% dos jovens tinham passagem pela polícia, o que era usado nas matérias de forma implícita ou explícita, como justificativa para o homicídio. As seções dos jornais que mais noticiaram foram 'Polícia'(36) 'Geral'(34) e 'Curtas'(8). Achado importante, que ajuda a explicar porque a maioria das notícias está nas seções policiais, é o fato da principal fonte de informação ser a Polícia. Das 95 matérias, 38 obtiveram as informações junto a Polícia Civil e em 35, junto a Polícia Militar. Nos enunciados dos jornais são utilizadas estratégias discursivas por meio da nomeação de jovens com adjetivos que os criminalizam. A resposta para a indagação título desta dissertação é que eles não são nem mocinhos e nem bandidos, são apenas jovens que devem ter todos os seus direitos sociais garantidos e respeitados, mas que tiveram suas vidas ceifadas precocemente em uma sociedade que aceita de forma velada, e muitas vezes declaradamente, essas mortes.

Palavras-chave: Homicídio. Notícias de jornais. Jovem. Adulto jovem. Adolescente.

ABSTRACT

This work brings a documentary analysis of newspaper reports and its objective analyze the social representations of young victims of homicide in newspapers ten cities in the interior of Brazil. Quantitative data are presented in graphs and tables and the qualitative approach used the theoretical framework of the theory of social representations. We studied young people, 15-29 years old, homicide victims, with deaths reported in newspaper articles published from March 2013. We identified 95 news, they brought reports of 111 cases of youth homicide of 15 to 29 years . The two newspapers with more materials were the Midwest. There is no significant difference between the number of news published in the municipalities of high rates and low mortality rates for murder of young people. The materials are fully descriptive and only two of them cited a law and a government program. Regarding the means used for the execution of the murder consisted to large numbers of death by firearms (71.1%), stab yourself guido (14.4%). The day of the period in which most of the killings was the night, followed by morning. The places where most homicides occurred or where the bodies were found were the public spaces. According to reports, 24.3% of young people passing by the police, which was used in the field implicitly or explicitly, as a justification for murder. The sections that were reported more 'Police' (36) General (34) and 'Short' (8). Another important finding, which helps explain why most of the news are in police sections, is the fact that the main source of information is the police. Of the 95 subjects, 38 have obtained the information from the Civil Police; 35 with the military police. In the statements of newspapers are used discursive strategies through the appointment of young people with adjectives that criminalize. The answer to question title deta dissertation is that they are neither good guys nor bad guys are just young people who must have all their accomplished and respected social rights, but whose lives were prematurely cut short in a society that accepts covertly, and often avowedly, these deaths.

Keywords: Murder. News newspaper . Young. Young adult. Teenager.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Capa do jornal ‘Correio de Tocantins’ com suspeitos do homicídio.	53
Figura 2-	Nota do jornal “A tarde”, sobre a morte de uma jovem.	54
Figura 3-	Nota do jornal “Daqui” sobre a morte de um homem.	54
Figura 4-	Notícia do jornal “Daqui” sobre homicídio passional.	58
Gráfico 1-	Distribuição percentual dos homicídios de jovens noticiados nos jornais de março de 2013, segundo informações quanto a parte do corpo lesionada.	62
Gráfico 2-	Distribuição percentual dos homicídios de jovens, noticiados nos jornais, segundo o período do dia em que ocorreu.	63
Figura 5-	Notícia do jornal A Gazeta sobre a morte de jovem de 19 anos e condenação de seus agressores.	67
Figura 6-	Notícia do jornal Correio de Tocantins sobre a morte de jovem de 15 anos, por arma branca.	70
Figura 7-	Trecho em destaque da matéria “Morto com sete facadas”.	70
Figura 8-	Notícia do jornal Correio de Tocantins sobre homicídio de jovem por arma de fogo	71
Figura 9-	Matéria da seção Polícia do jornal Correio do Tocantins sobre a morte de jovem do Centro de Internação do Adolescente Masculino	73
Figura 10-	Notícia do jornal “A Tarde” sobre a morte de jovem participante de reality show.	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Jornais incluídos no estudo, segundo região, município de circulação, periodicidade, tiragem e preço/valor.	46
Tabela 2-	Algumas características demográficas dos municípios incluídos no estudo	47
Tabela 3-	Município, segundo número de homicídio de jovens nas notícias, em março de 2013, taxas de mortalidade de homicídios de jovens e número de notícias.	50
Tabela 4-	Caracterização da notícia jornalística, segundo o tipo.	53
Tabela 5-	Distribuição do número e percentual de jovens vítimas de homicídios, segundo sexo e faixa etária nas notícias dos jornais impressos pesquisados, em março de 2013.	56
Tabela 6-	Distribuição de número absoluto e percentual dos homicídios passionais de jovens, noticiados nos jornais, segundo sexo o vítimas.	64
Tabela 7-	Distribuição em número absoluto e percentual dos homicídios de jovens noticiados nos jornais, segundo espaço público e sexo das vítimas.	65
Tabela 8-	Homicídios de jovens que ocorrem na região e foram noticiados nos jornais das cidades estudadas	65
Tabela 9-	Políticas Públicas/Leis citadas nas matérias jornalísticas analisadas	66
Tabela 10-	Títulos/manchetes das matérias jornalísticas sobre homicídio de jovens publicadas em março de 2013, nas cidades estudadas da região Norte.	77
Tabela 11-	Títulos/manchetes das matérias jornalísticas sobre homicídio de jovens publicadas em março de 2013, nas cidades estudadas da região Nordeste.	77
Tabela 12-	Títulos/manchetes das matérias jornalísticas sobre homicídio de jovens publicadas em março de 2013, nas cidades estudadas da região Centro-Oeste.	77
Tabela 13-	Títulos/manchetes das matérias jornalísticas sobre homicídio de jovens publicadas em março de 2013, nas cidades estudadas da região Sudeste.	78
Tabela 14-	Títulos/manchetes das matérias jornalísticas sobre homicídio de jovens publicadas em março de 2013, nas cidades estudadas da região Sul.	79

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANDI	Agência de Notícias de Direitos da Infância
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbitos
CLAVES	Departamento de Estudos Latino-Americano sobre Violência e Saúde Jorge Careli
CPB	Código Penal Brasileiro
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IML	Instituto Médico Legal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis
Projovem Urbano	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
RS	Representações Sociais
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-Traumático
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PERCURSO TEÓRICO	19
2.1	Homicídio: o ápice da violência	19
2.2	Vidas Breves: o homicídio de jovens	25
2.3	Narrativas de Morte	30
3.	PERCURSO METODOLÓGICO	45
3.1	Materiais e Procedimentos de Pesquisa	46
3.2	Breves características dos municípios estudados	47
3.3	Abordagem Quantitativa e Qualitativa	48
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
4.1	Jornais e Notícias	50
4.2	Perfis das Vítimas	55
4.3	Perfis dos Agressores	59
4.4	Características dos Homicídios	61
4.5	Políticas Públicas	66
4.6	Marcas Discursivas	69
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXOS	93
	ANEXO 1	94
	ANEXO 2	102

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as representações sociais de jovens vítimas de homicídio nos jornais impressos. Seu principal objetivo é analisar como esses jovens são representados nessa mídia em municípios do interior do país.

Primeiramente, cabe situar, que esta dissertação é um subprojeto de uma pesquisa mais ampla denominada “Mortes violentas de jovens: um olhar compreensivo para uma tragédia humana e social” cujo objetivo geral foi realizar um estudo sócio-epidemiológico sobre a mortalidade de jovens, com idade de 15 a 29 anos, por homicídios no Brasil. Considerando a magnitude e a compreensão do problema, foram feitas abordagens quantitativas e qualitativas. Em cada grande região do país foram selecionados dois municípios com comportamentos distintos em relação aos homicídios com intencionalidade não esclarecida e às mortes por causas externas. Assim, em cada região, foi escolhido um município com elevadas e crescentes taxas de homicídios, mesmo com piora da qualidade da informação e, um município com baixas e decrescentes taxas de homicídios, mesmo com melhora da qualidade da informação, no período de 1990 a 2010. Para verificar a informação considerou-se o subgrupo de óbitos por lesões com intenção indeterminada. Os dados de mortalidade foram coletados no Sistema de Informação sobre Mortalidade/SIM, do Ministério da Saúde.

Ainda como critério de seleção dos municípios a serem incluídos no estudo, foram levantadas as localidades com mais de 100.000 habitantes, excluídas as capitais, tendo em vista o fenômeno da interiorização da violência. Desse modo foram escolhidos os seguintes municípios: Lauro de Freitas/BA e Petrolina/PE (Região Nordeste), Sabará/MG e Guarulhos/SP (Região Sudeste), Toledo/PR e Uruguaiana/RS (Região Sul), Várzea Grande/MT e Trindade/GO (Região Centro-Oeste) e Santarém/PA e Marabá/PA (Região Norte).

É importante ressaltar que as taxas foram consideradas altas ou baixas, em relação ao padrão apresentado pelos outros municípios da região, o que significa que a taxa de um município podia ser alta ou baixa em relação a outros municípios de sua mesma região. Isso implica em que um município aqui considerado com baixa taxa podia ter valor tão elevado quanto o de um município de outra região que foi considerada alta.

Nas cidades selecionadas foram realizadas entrevistas com indivíduos e grupos representantes de diferentes segmentos da sociedade. Com o auxílio de pesquisadores dos municípios, os jornais impressos de maior tiragem foram coletados. É desse material o presente estudo se apropria e busca aprofundar análise.

No tocante a esta dissertação, pretendeu-se alcançar como objetivo geral, analisar as

representações sociais dos jovens vítimas de homicídio na mídia impressa do interior do país. Como objetivos específicos buscou-se caracterizar o perfil da vítima (segundo cor da pele, gênero, ocupação, escolaridade, orientação sexual e vínculo com o agressor); caracterizar o perfil dos agressores (segundo grupo etário, cor da pele, ocupação, escolaridade); identificar os homicídios, segundo o meio utilizado para perpetrá-lo (arma de fogo, arma branca etc.); investigar a abordagem ou não de políticas públicas relacionadas à violência envolvendo adolescentes e jovens nas notícias e, por fim, analisar as marcas discursivas sobre os jovens vitimados e como o desfecho de suas vidas é apresentado nos textos e imagens destes jornais.

Acredita-se que este estudo auxilia no aprofundamento de algumas questões ao investigar e descrever como esta fatalidade é representada por um segmento da sociedade: a mídia, que contribui para a construção de sentidos e significados da população sobre os jovens que são vítimas de homicídios.

As mortes por homicídio vêm abreviando a vida e selando o destino de muitos jovens em nosso país. Essa constatação, por si só, já deveria ensejar considerável preocupação. Entretanto, a severidade desse evento não finaliza na perda dessas vidas. Ela afeta em uma dimensão importantíssima várias instituições e setores da sociedade como a família, a saúde, a segurança pública e a justiça (sistemas prisionais e todo o aparato jurídico)

No Brasil, as principais vítimas dos homicídios são os jovens de 15 a 29 anos, como no contexto de outros países. Dos 52.807 homicídios ocorridos no país em 2011, 52,9% atingiram esse grupo etário. Destaca-se ainda que os homens jovens constituem as vítimas preferenciais desses eventos. Comparando homicídios e internações por agressão, o estudo de Souza et al (2012) apontou que, em 2007, os homens responderam por 92,0% dos homicídios e por 81,7% das internações por causas externas.

O estudo 'Impacto da arma de fogo na saúde da população do Brasil' aponta que, no país, homens com idade entre 20 e 29 anos têm um risco sete vezes maior de morrer, se comparados com o restante da população. E, quando comparados ao restante da população masculina, o risco é quatro vezes maior. Em relação à população feminina, o risco é ainda maior: 38 vezes. (PHEBO, 2005).

No estudo realizado por Fernandes, Nascimento e col.(2007) é apontado que os homicídios e as armas de fogo estão correlacionados com a urbanização. Porém, este cenário tem mudado como mostram Adorno (2003) e Waiselfisz (2004) ao verificar que, apesar da violência ser um fenômeno que está presente nas grandes cidades, desde o início dos anos 2000, ela vem sendo percebida, sentida e acometendo também cidades do interior do Brasil, com menor população, sendo esse fenômeno chamado de 'interiorização da violência'.

Vale destacar que o fenômeno de interiorização, na verdade, trata-se da disseminação da violência para territórios, antes pouco atingidos, o que não significa na maioria dos estados que, seus interiores estão superando a taxas de criminalidade de suas capitais e regiões metropolitanas (ANDRADE e DINIZ, 2013).

Pelas suas características dramáticas, os homicídios são notícias frequentes do jornalismo, que se utiliza das tragédias para pincelar com cores fortes seus discursos, banalizando as circunstâncias da morte e dos envolvidos nesse drama. E, como consequência disso, tais fatos estão frequentemente nas páginas dos jornais. Como diz Baudrillard (apud Angrimani, 1994, p.5) a morte do outro é observada com um prazer não explicitado, e o que surge nessas matérias jornalísticas é a expiação pela culpa da satisfação diante da morte alheia. Uma histórica análise de Weber (1910) já refletia sobre as empresas jornalísticas como empresas capitalistas, onde o produto principal à venda são as notícias que despertam o interesse dos leitores. A escolha dos assuntos, portanto, não seria feita de forma a refletir a realidade, mas de maneira que atenda aos critérios considerados válidos do ponto de vista do mercado.

Em concordância com a constatação de Weber, Rolim (2006) identificou que nos EUA, a cada 10 notícias sobre crime, oito dizem respeito a crimes violentos e apenas duas versam sobre crimes contra a propriedade. Entretanto, a forma como a mídia americana retrata a violência está desconectada da realidade; pois dados estatísticos apontam justamente o inverso: para cada 10 crimes, nove são contra a propriedade, e apenas um diz respeito à criminalidade violenta.

Não é preciso ser especialista em mídia para perceber que esta segue muitas vezes o gênero romântico da literatura para narrar fatos onde é possível identificar, sem maiores dificuldades, pela sua representação, quem é (são) o(s) mocinho(s) e quem é(são) o(s) bandido(s) da história narrada. Então, o que passa estar em jogo são as formas de representação dos valores do bem e do mal.

As situações em que os jornais noticiam a violência são problemáticas, pois, eles deveriam se limitar a informar e, não tomar partido, julgar, condenar ou omitir a problemática, mas não é isso que ocorre. Nesse sentido, Silva (2008) sugere que a juventude suburbana enquanto um problema social, é uma construção da mídia. Isso porque, segundo a autora, ao divulgarem a imagem estereotipada de jovens suburbanos como uma ameaça, por seu envolvimento com crimes, constroí-se para o público receptor a mensagem de que jovens moradores de favela são membros do tráfico de drogas, violentos e criminosos.

A ideia de realização desta dissertação parte das inquietações advindas da trajetória

acadêmica da autora. Para além da motivação pessoal que impulsionou a realização desse trabalho, existem outros fatores que podem ser observados e que conferiram importância ao desenvolvimento desse estudo. Primeiramente, destaca-se a relevância do tema da mídia nas representações de jovens vítimas de homicídios na sociedade brasileira, na medida em que a crescente mortalidade destes já vem sendo amplamente apontada, bem como os seus efeitos deletérios para a sociedade somada e intensificada pelas matérias veiculadas na mídia, em geral, e em particular nos jornais.

Soma-se ainda como justificativa para esta pesquisa, a lacuna existente na literatura acerca de como os jovens vítimas de homicídio são representados na mídia de cidades do interior do Brasil, mesmo diante da magnitude do problema expresso, diariamente, nos jornais dessas cidades.

E por fim, acredita-se que esse estudo contribua, sobretudo, para conhecer o comportamento de jornais, que não têm destaque nacional, pois circulam em cidade do interior do país, sobre a morte de jovens em contexto de violência.

As leituras sobre o tema e a intenção de estudar as representações construídas pelos jornais sobre os jovens vítimas de homicídio, levou a algumas questões norteadoras: Qual é o perfil dos jovens nas notícias? Como os jovens vítimas de homicídios são representados ou sub-representados pelos jornais? Como a morte desses jovens é apresentada? Quais relações, atividades e histórias desses jovens são narradas? Quais os termos a eles atribuídos? Quem tem ‘voz’ nas matérias? Os homicídios são meramente noticiados ou há discussão sobre a fatalidade que selou a vida daquele jovem? Alguma política pública é informada no texto jornalístico? Qual (is) os significados das imagens fotográficas nas narrativas das mortes desses jovens?

O texto desta dissertação está constituído por este **Capítulo introdutório**, seguido por outros quatro capítulos.

O **Capítulo 2** apresenta o estado da arte, onde foi feito o levantamento e análise da literatura publicada sobre mídia e homicídios. Neste capítulo ainda apresenta-se o percurso teórico empreendido nesta pesquisa, ao fazer algumas incursões iniciais necessárias para a compreensão do tema aqui analisado. Homicídio, representações sociais, juventude e mídia são abordados neste capítulo visando contextualizar o leitor nestes marcos que serviram de apoio teórico para o curso deste trabalho.

A metodologia da pesquisa qualitativa e quantitativa empreendida neste estudo é detalhada no **Capítulo 3**. A pesquisa qualitativa busca *insights* para compreensão e interpretação de como os jovens são representados nos jornais. Já a pesquisa quantitativa nos traz precisão quanto baseados em números encontrados via instrumento de coleta de dados.

Os resultados são apresentados e a discussão é feita no **Capítulo 4**. Nele, busca-se responder a pergunta título desta dissertação.

Por fim, no **Capítulo 5** são apresentadas as considerações finais, nas quais são levantadas algumas reflexões inspiradas no presente trabalho.

2 PERCURSO TEÓRICO

Adentrar na questão de como um jovem morto de forma violenta é retratado pelos jornais, significa aproximar-se do canal de informações em massa que ‘desemboca’ para o restante da população histórias trágicas de jovens até então desconhecidos. O que desperta a necessidade de explorar o mundo da mídia (mais precisamente dos jornais), seus efeitos, benefícios e riscos para a sociedade.

Discutir o homicídio de jovens requer, necessariamente, algumas incursões teóricas acerca da relação entre juventude e violência e, sobretudo, das notícias que trazem relatos dessas mortes precoces. Violência, juventude e mídia despontam como termos caros a este trabalho e acredita-se na importância de estudá-los a partir de uma visão contextualizada e relacional.

2.1 Homicídio: o ápice da violência

A violência é um fenômeno produzido histórica e socialmente, presente em todas as sociedades, mas ganha contornos específicos em cada uma delas. É nesse sentido que Minayo (2003) aponta para a relação inerente entre a violência e a sociedade na qual ela acontece. A autora conceitua a violência como um fenômeno biopsicossocial cuja complexa dinâmica emerge na vida em sociedade. Dessa feita, a compreensão da violência remete, necessariamente, a uma análise histórica, sociológica e antropológica, considerando as interfaces das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais (MINAYO, 1994).

Complexificando, Domenach (1981) sustenta a ideia de que a violência é construída no âmbito das consciências e subjetividades e se encontra inscrita e arraigada nas relações sociais. O autor afirma ainda que a violência é, historicamente, um fenômeno humano e que, a partir do momento em que a pessoa é reconhecida como cidadã, a sociedade reconhece o seu direito à liberdade e à felicidade, o que torna a violência um fenômeno associado ao emprego ilegítimo da força física, moral ou política contra a vontade do outro.

Há muitos anos a violência vem sendo reconhecida como um problema para os setores de justiça criminal e de defesa, e tem sido tema de diversas resoluções das Nações Unidas (ONU) desde 1986. A Organização Mundial da Saúde (OMS) coloca então o problema como desafio universal e traz a discussão para a área da saúde, em 2002, que, tradicionalmente, lidava apenas com as consequências dos eventos, cuidando das lesões e ferimentos e contando as mortes. O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, da OMS define a violência como:

o uso intencional de força física ou do poder real, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (DAHLBERG; KRUG, 2006, p.1165).

No Brasil, as violências foram incluídas oficialmente na agenda da saúde em 2001 por meio da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. O documento reconhece o impacto da violência no Brasil e trata esse tema como um problema de cunho social e histórico, inserindo-o na perspectiva da promoção da saúde, assim como na construção da cidadania e da qualidade de vida (BRASIL, 2001).

A violência se manifesta de diversas maneiras, como em guerras, torturas, conflitos étnico-religiosos, homicídio, preconceito, entre outros. Santos, Aléssio e Silva (2009) definem violência como um objeto social que se liga a uma rede de significações, valores, crenças e normas, orientando as práticas sociais dos indivíduos. Devido à sua característica “polimorfa e de imenso impacto social no cotidiano das pessoas”, origina representações sociais, não simplesmente como reflexo da realidade, mas uma organização significativa e socialmente compartilhada. Os autores afirmam que “a violência é um fenômeno do qual a mediação simbólica é constitutiva”, corroborando com Jodelet (2002).

A violência ainda apresenta-se como uma questão social, mas que se constitui como um problema de saúde pública na medida em que converge para esse setor a necessidade de acolher os problemas de saúde individuais e coletivos gerados por ela. Nesse sentido, Minayo (2005) aponta dois fatores que esclarecem o porquê da violência tornar-se um tema para o campo da saúde:

1-pelo impacto que provoca na vida das pessoas; pelas lesões físicas, psíquicas, espirituais e morais que acarreta e pelas exigências de atenção e cuidados dos serviços médicos e hospitalares; 2- porque atinge os temas tratados no conceito ampliado de saúde (p.61).

O auge da violência é o homicídio que é amplamente utilizado como um indicador geral da violência em uma sociedade. A construção desse indicador se dá a partir da constatação de que o evento homicídio envolve diversos fatores sociais que culminam nessa forma específica de violência interpessoal. O homicídio enquanto um evento violento reflete, no entanto, somente a parte visível de um iceberg, de modo que, o ‘lado submerso do iceberg’ esconde um mundo de violências não-declaradas e revela o nível de desenvolvimento de uma sociedade e o modo como as relações sociais são constituídas. (MELLO JORGE, 1998).

A melhor representação da magnitude do problema é uma pirâmide. A morte violenta é o resultado mais visível de comportamentos violentos registrados em estatísticas oficiais, mas representa apenas o topo da pirâmide (OMS, 2015, p.8).

O primeiro homicídio (sinônimo de assassinato), de que se tem relato, segundo a bíblia, é o de Caim contra Abel, descrito logo no primeiro livro, Gênesis, desencadeado por disputa fratricida movida por ressentimentos. O termo homicídio vem do latim ‘*hominis excidium*’, que pode ser traduzido como “ato de uma pessoa matar outra”. Segundo a tipificação feita pelo Código Penal Brasileiro, o homicídio pode ser de forma dolosa (quando o agente quis o resultado morte) ou culposa (quando decorre de imprudência, imperícia ou negligência do agente) e encontra-se inserido no capítulo relativo aos “crimes contra a vida”.

O homicídio faz parte do conjunto de agravos que consta na décima edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças, Lesões e Causas de Óbitos (CID) sob a denominação de causas externas que inclui também os eventos não fatais. Se a morte for classificada entre os códigos X-85 e Y-09, que se referem aos ferimentos infligidos a outra pessoa com a intenção de ferir ou matar, é morte por agressão, ou como é aqui tratada, homicídio. (SILVA, VALADARES E SOUZA, 2013; OMS, 1996).

Refletindo sobre os diferentes modos de explicar o homicídio, Silva (2014) defende que esse evento, ao emergir em contexto de violência, não poderia ser explicado isoladamente por nenhum deles, haja vista que encontra-se em contexto mais amplo.

Na dinâmica das mortes violentas devem ser consideradas as formas de sociabilidade, os excessos nas relações de poder, entre pessoas, grupos sociais, instituições ou excessos cometidos pelo Estado para o controle social. Associados a estes elementos há ainda a falta de um espaço de diálogo e negociação diante dos problemas sociais o que inviabiliza a expressão de conflitos e sua resolução por seus atores (SILVA, 2014, p.22).

Diversos estudos apontam que é a arma de fogo o instrumento preferencial para perpetrar o homicídio. Souza e Lima (2006) revelam que mais de 60% dos assassinatos ocorridos em áreas urbanas brasileiras foram cometidos com o uso desses aparatos. A pesquisa desenvolvida por Mello Jorge (1979) com dados do Instituto Médico Legal de São Paulo evidenciou que, em 1960, esse tipo de arma foi responsável por 28,4% do total de mortes e, Gawryszewski (2002) evoluindo com os mesmos dados, para o ano de 2000, mostrou que houve um aumento para 90% os casos de homicídios perpetrados por esse meio.

Abordar a questão do homicídio obriga, inevitavelmente, a se pensar nos prejuízos

causados ao governo e à família. Para o governo, o homicídio gera gastos financeiros, pois, requer remoção, necropsia, busca de parentes, nova remoção, caixão, enterro, limpeza da rua, além dos profissionais necessários para a investigação policial e judicial. Se a vítima não morre no momento da agressão, será preciso dias de internação hospitalar com gastos de medicamentos e procedimentos. Somado a isto há a perda econômica com a morte de pessoas tão jovens que deixam de contribuir com sua força de trabalho. Já o “custo” para a família e amigos é inestimável, pois, ao perder um ente querido, tornam-se vítimas ocultas, que podem gerar mais custos para o governo, por possivelmente necessitarem de assistência devido a uma saúde física ou mental fragilizada pela morte violenta de alguém que lhes era próximo (SOARES, MIRANDA, BORGES, 2006).

Por ser um fenômeno complexo e socialmente construído, a violência é representada de forma diferente entre as sociedades e entre os grupos de uma mesma sociedade. Em função disso, a abordagem social desta temática pode trazer vários desdobramentos no que concerne tanto a produção de conhecimento, quanto à intervenção em diversos segmentos da sociedade, se for estudada na perspectiva psicossociológica (SARAIVA, COUTINHO, 2012).

Há diferentes tipos de homicídios, que variam pelas motivações e circunstâncias em que ocorreram. Segundo o Código Penal brasileiro (CPB), o homicídio pode ser qualificado e caracterizado de acordo com sua motivação como: motivos fúteis; cometido mediante promessa de recompensa; com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia tortura ou outro meio insidioso ou cruel; à traição, de emboscada. O CPB ainda classifica como latrocínio, que é caracterizado pelo roubo seguido de morte, e quando a violência é usada para a consumação do roubo, causando a morte da vítima. No âmbito dos sentimentos, encontra-se o homicídio passional que é aquele provocado por emoções intensas, como a paixão ou o ciúme, contra um parceiro e mais precisamente de uma parceira, já que a maioria desses são cometidos contra mulheres, (MARTINS BORGES, 2011). Corroborando com o que já foi relato, o relatório Global Study on Homicide da ONU, traz que quase metade de todas as mulheres vítimas de homicídio, em 2012, foi morta por parceiros ou membros da família. Desta forma, a pesquisa deixa evidente o grande número de mulheres vítimas de assassinatos cometidos por pessoas de quem se esperava zelar por elas (UNODC, 2013).

Quanto aos perfis dos agressores e das vítimas, estudos apontam para o gênero masculino adulto-jovem como sendo o principal grupo. Pesquisas revelam que o local da ocorrência dos homicídios contra mulheres, em geral, é o ambiente doméstico, enquanto o de homens ocorre mais em espaços públicos. Em apenas 13,6% dos casos de homicídios, o agressor e as vítimas são totalmente desconhecidos um para o outro. A fatalidade ocorre,

majoritariamente, após um conflito entre duas pessoas que já se conheciam previamente, e geralmente motivado por uma discussão acalorada, vingança ou questões triviais. Neste caso, o homicídio seria a solução encontrada para um problema existente entre ambos, vítima e agressor. (BORGES, 2004; LOUCEIRO, 2008; KISS, 2009).

Autos de Resistências são homicídios contra civis cometidos por policiais, em situação de confronto, com presumida legítima defesa, conforme previsto no artigo 23, do CPB, que diz que não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito (artigo 23 Lei no 7.209, de 11.7.1984) No Rio Janeiro a estrutura administrativa das polícias designa esses homicídios como “autos de resistência”, já no estado de São Paulo tais casos são denominados como “resistência seguida de morte”, outros estados da federação chamam de “resistência em situação de confronto”, ou simplesmente “resistência”. Tais procedimentos não possuem uma classificação uniforme pelas polícias em âmbito nacional.

O homicídio ainda pode estar inserido no âmbito da violência de gênero, contra as mulheres, na categoria passional ou contra pessoas homoafetivas, na categoria de homicídio homofóbico ou transfóbico. A homofobia e transfobia são termos usados para designar o preconceito e aversão à população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis) e indica a discriminação a essas diversas minorias sexuais (PEREIRA, 2001).

Quando o homicídio é motivado por homofobia/transfobia, também nota-se uma super-representação de homens, em relação a mulheres. Os 184 casos de homicídios cometidos contra homossexuais, publicados em jornais pela National Press, de 1995 a 2000, permitiram que os autores constatassem que crimes desse tipo são movidos por ódio, devido à situação condição com que os cadáveres são encontrados: na maioria das vezes, com sinais de espancamento, amarrados e nus (GRANADOS, DELGADO, 2008).

A vida ceifada por um, dois, ou mais indivíduos é denominada como linchamento. Esses são crimes cometidos por cidadãos em estado de multidão, contra uma pessoa ou minoria que estava em desacordo com uma norma social preestabelecida. São ações motivadas por mentes conservadoras, de indivíduos descrentes do poder dos aparelhos judiciais que tentam, pela morte dos expurgos sociais, restabelecer a ordem perdida (CEQUEIRA, NORONHA, 2004).

Apesar de poucos, há alguns estudos nacionais que apontam os impactos na saúde dos brasileiros que vivenciaram a morte de um ente querido, ou desconhecido por homicídio. Estima-se que cada homicídio afete entre sete e 10 familiares, além de amigos, colegas de trabalho e vizinhos (REDMOND, 1989; COSTA, 2015). Um número significativo de pessoas é levado a viver e a buscar estratégias para enfrentar e conviver com uma das faces mais

devastadoras da violência.

A pesquisa apresentada no livro intitulado ‘As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro’ (2006), de autoria de Gláucio Ary Dillon Soares, Dayse Miranda e Doriam Borges, apresenta elementos importantes para se pensar como a notícia dessas mortes é capaz de extrapolar os laços de parentesco e amizade, e afetar a vida de pessoas que nem mesmo conheceram a vítima. Os autores levantam a possibilidade de que no Brasil, dado o alto nível de violência na sociedade civil, na mídia e, até mesmo a violência policial, possa haver uma maior incidência de sintomas de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) em pessoas que não experimentaram a violência nem diretamente, nem indiretamente por meio de familiares e amigos.

Na tentativa de compreender essa expressão da violência, diversas teorias explicativas são desenvolvidas. Ruotti e colaboradores (2011) e Andrade e colaboradores (2011) atribuem o expressivo número de homicídios entre a população juvenil a alguns fatores marcadamente estruturais da nossa sociedade, tais como: desigualdade social, exclusão social, disparidades territoriais e mercado de atividades ilegais, principalmente o associado ao tráfico de drogas e de armas. Cano e Ribeiro (2007), no entanto ponderam os fatores estruturais como desencadeadores da criminalidade e da violência, afirmando que a relação entre o homicídio e as dimensões socioeconômicas de fato existe, mas não pode ser tomada de modo linear, uma vez que pode variar de acordo com as unidades de análise.

O estudo recém-publicado ‘Diagnóstico por homicídios no Brasil’ traz que os principais fatores transversais que potencializam o risco de causar homicídios são: a disponibilidade por armas de fogo e o acúmulo de vulnerabilidades sociais. A existência de gangues, bem como o consumo e o tráfico de drogas, também são apontados em diferentes perspectivas como causadores de homicídios (ENGEL et al, 2015). Assim como a cultura competitiva e a sociabilidade violenta influenciam na forma de resolver conflitos de maneira violenta, como “fatores culturais - cultura machista e patriarcal; sociabilidade violenta, especialmente entre jovens” (LIMA et al., 2015).

2.2 Vidas breves: o homicídio de jovens

Embora para alguns jovens os riscos ofereçam oportunidades e sejam aceitos na expectativa de benefícios [...] para muitos outros jovens a vida é como uma loteria, onde os riscos estão fora do controle e a segurança é uma questão de sorte (Pais, 2005, p.55).

Ao evidenciar os jovens e a maneira como essa parcela da população é afetada pela violência, torna-se imprescindível colocar em questão o próprio conceito de juventude, que foi construído histórico, cultural e socialmente com semelhanças e diferenças nas diversas áreas do conhecimento. Portanto, faz-se necessário aqui trazer algumas das suas distintas definições, para uma maior aproximação desse conceito. Para isso foram consultados estudos nas áreas da medicina, psicologia e da sociologia.

A juventude pode ser definida a partir de diferentes aspectos: faixa etária; período da vida; contingente populacional; categoria social; geração, entre outros. Todos esses se vinculam de algum modo, a uma dimensão ou fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. Há, portanto, uma correspondência do que é juventude com a faixa de idade, mesmo que o limite etário não possa ser definido rigidamente, ele apenas não é suficiente para defini-la. No entanto, é a partir dessa dimensão que ganha sentido a proposição de um recorte de referências etárias no conjunto da população, para análises demográficas (FREITAS, 2005).

É inevitável aqui mencionar que o termo ‘adolescente’ ora se sobrepõe ao de juventude, ora ambos constituem campos distintos, mas que se complementam.

É consenso na medicina de que a adolescência teria início com a puberdade que pode acontecer a partir dos 11 anos em diante. Mas, não há uma definição fechada, em termos etários, que esclareça em que momento se encerra o período da adolescência para dar início à juventude. A juventude então se inicia na adolescência e é um processo que avança até a idade adulta podendo, portanto, ser associada à adolescência (adolescente jovem) e à fase adulta (adulto jovem) (PEREIRA, 2007).

A medicina ainda conceitua as subfases da adolescência segundo a faixa etária: adolescência inicial (de 11 a 14 anos de idade), adolescência intermediária (de 15 a 17 anos de idade) e adolescência tardia (de 18 a 20 anos de idade). (HOCKENBERRY, WILSON, 2011, p. 529). Da adolescência, segundo estas subfases, este estudo contemplará os indivíduos compreendidos na adolescência intermediária e tardia.

Nestas duas subfases, os adolescentes jovens são marcados por mudanças em seus corpos. Na adolescência intermediária as características sexuais secundárias já estão bem

avançadas, as meninas têm uma desaceleração do crescimento e tanto elas quanto os meninos apresentam uma estatura que já representa 95% da altura adulta. Já na adolescência tardia eles estão fisicamente maduros e, a estatura e o aparelho reprodutor estão quase completos (HOCKENBERRY, WILSON, 2011).

A Psicologia também tem sua contribuição para a compreensão do que é ser jovem. Mussen, Conger, Kagan & Huston destacam o fato evidenciado por alguns filósofos de que a adolescência “começa na biologia e termina na cultura” (1995, p.515), tanto assim que nas sociedades mais simples essa fase pode ser breve, em oposição às sociedades tecnologicamente mais desenvolvidas, nas quais tende a se prolongar.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) o conceito de juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos (OMS/OPS, 1985). Em concordância com a OMS, a Organização das Nações Unidas (ONU) define juventude como indivíduos também nesta faixa etária.

Por vários anos o Brasil também adotou esta faixa de idade para identificar os jovens. Porém, em agosto de 2013, com o decreto e sancionamento do Estatuto da Juventude (lei nº 12.852), padronizou-se no país que os jovens são pessoas com idade compreendida entre 15 e 29 anos.

É importante aqui considerar os comentários de Pierre Bourdieu em ‘Juventude é apenas uma palavra’ (1983). O sociólogo francês argumenta que as divisões entre as idades são arbitrárias e que a juventude ou a velhice são construídas socialmente a partir da luta entre jovens e velhos por disputas de poder. Assim sendo, as divisões entre idades acabam por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter em relação ao outro. Com as colocações de Bourdieu, é possível observar que:

(...) a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou para encurtar, entre as duas juventudes (BOURDIEU, 1983, p. 2).

Bourdieu (1983) levanta a questão de que, existem diferenças significativas entre aspirações, projetos para o futuro, costumes, hábitos de jovens de classes sociais diferentes, como a burguesa e a operária, por exemplo. Esse autor evidencia que não existe uma juventude,

mas sim juventudes. Não se constituindo, portanto, um conceito unívoco, o que reforça a necessidade de atentar para o modo como a condição de juventude manifesta-se de forma desigual conforme a classe social e/ou o gênero. Portanto, não se deve considerar apenas os critérios biológicos de idade para definir juventude, assim como não se pode levar em conta apenas os critérios sociais.

A juventude é ainda um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir (KEHL, 2005: 89 e 90).

Assim, é necessário entender que a juventude é uma evolução social de trajetória para a vida adulta, e que esta acontece de maneira distinta e particular para cada indivíduo ou grupo, condicionada a elementos socioculturais, experiências e trajetórias (HEILBORN, 2006).

Silva e Lopes (2009) afirmam que termos como juventude, mocidade, adolescência, puberdade, flor da idade, novo, nubilidadade, são utilizados para caracterizar esse período da vida. E que, no Brasil, o uso dos termos adolescência e juventude são utilizados concomitantemente. As autoras lembram que suas semelhanças e diferenças nem sempre são esclarecidas e suas concepções ora se superpõem, ora constituem campos distintos, mas complementares, ora traduzem uma disputa por abordagens distintas.

Por hora, dissertar sobre a juventude no Brasil conduz, inevitavelmente, a destacar que para muitos jovens, ela se encerra sem evoluir para a fase adulta, e de forma trágica.

O homicídio vem ceifando a vidas dos jovens brasileiros, em números alarmantes. Segundo o Mapa da Violência de Waiselfisz (2014), no ano de 2012 a população juvenil brasileira representava 26,9% da população total. Nesse mesmo ano foi registrado pelo DATASUS o total de 30.072 homicídios de jovens, 53,4% do total de homicídios no país, ou seja, mais da metade das mortes por homicídio estiveram concentradas nesse grupo. O mesmo estudo apresentou uma análise temporal de 1980 a 2012 mostrando que a taxa de homicídio de jovens no Brasil na faixa etária de 15 a 29 anos passou de 11,7 por 100 mil jovens em 1980 para 29,0 em 2012, o que representa um aumento de 148,5% na estatística da vitimização juvenil por homicídio.

Relatório lançado em 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o tema da prevenção global da violência apontou que 10% dos homicídios ocorridos no mundo são cometidos no Brasil. O plano 'Juventude Viva', iniciativa do Governo Federal também aponta os homicídios como a principal causa de morte da juventude brasileira. Porém com a ressalva de que atingem especialmente os jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e de áreas metropolitanas dos centros urbanos (BRASIL, 2013).

Em consonância com os dados do Juventude Viva, Cardia (2005) destaca que as taxas de homicídio são maiores nas localidades onde ocorre uma superposição de carências, combinada com grande concentração de população jovem, o grupo que, em geral, é mais vulnerável a se envolver em situações de violência

Segundo o estudo ‘Diagnósticos por Homicídios no Brasil’, (ENGEL et al.,2015) a existência de um percentual alto de jovens na população, por si só, pode ser um indicativo dos fatores de risco para homicídios, principalmente aqueles associados a gangues e ao narcotráfico, tendo em conta que são eles a maior parte dos aliciados para trabalhar com o tráfico de drogas.

Houve uma drástica mudança no quadro de mortalidade no país, segundo Zaluar (2004). Hoje, não são mais as crianças desnutridas que morrem, mas sim os adolescentes acima de 14 anos. Partindo desta constatação, Peres e colaboradores (2006) apontam que uma significativa redução das taxas de mortalidade infantil foi alcançada graças às políticas nas áreas da saúde pública e da educação. Entretanto, esse resultado é tragicamente anulado pelas altas taxas de homicídio na faixa jovem.

Segundo Waiselfisz (2014), a violência homicida juvenil não se constitui um fenômeno natural, mas um tsunami, comparado a índices de mortes em guerras, perante o qual é preciso se proteger com políticas públicas sistemáticas para tentar frear tais níveis. Para o autor, é preciso fazer uma profunda reflexão sobre a insuficiência das políticas atuais para tratar tal questão e sobre o conjunto de reformas amplamente necessárias e ainda não implementadas no país. Conforme relatado pelo Mapa da Violência 2014, o jovem pobre, do sexo masculino, negro e morador das periferias urbanas comparece muito mais como vítima do que como autor de crimes no Brasil.

Ruotti, Massa e Peres (2011) refletem que os fatores sociais e culturais atuantes conformam-se de maneira particular de acordo com a posição social ocupada pelos jovens, o que influencia diretamente na formação de suas trajetórias e, conseqüentemente, nas situações de vulnerabilidade à violência. De tal modo, essas situações são agravadas em contextos específicos, nos quais as condições socioeconômicas são restritas, a falta de acesso a direitos persiste devido à inoperância do Estado e a violência, tanto policial quanto dos grupos ligados ao tráfico de drogas, está intensamente presente. Delineia-se uma conjuntura onde as condutas de risco adquirem um terreno propício e os desfechos fatais para as trajetórias de muitos jovens acabam por compor a triste história de muitas famílias.

A questão da família que perdeu um ente jovem por homicídio foi objeto de estudo da pesquisa de Costa (2015). A autora ressalta que pensar na questão da família dos jovens vitimados significa aproximar-se das histórias dos seres humanos que, diante da violência tão

fatalmente disseminada hoje em dia, acabam tendo suas vidas profundamente marcadas pelo sofrimento e pela dor. Essa autora traz uma descrição e análise dos impactos do homicídio de um jovem na família, através das narrativas de familiares que vivenciaram esta perda violenta.

A busca de compreensão dos motivos pelos quais os espaços sociais, no caso os municípios brasileiros, apresentam comportamentos distintos em relação às taxas de homicídio de jovens, foi o objetivo do estudo de Silva (2014). E a autora conclui que, de forma geral, nos municípios nos quais há uma tendência de redução das taxas de homicídios, parece haver uma maior sinergia entre as políticas macrossociais e macroeconômicas e os contextos locais que envolvem a organização social do município e a participação comunitária. Já naqueles nos quais se observa a tendência de aumento nas taxas de homicídios, são vivenciadas situações de privação de oferta de serviços públicos e de proteção social e as políticas sociais de educação, geração de emprego e renda, saúde, segurança pública, habitação entre outras, são frágeis e ineficazes.

Semelhante ao achado de outros estudos já apresentados aqui, Kodato e Silva (2000), afirmam que as condições de vida que levam à morte os adolescentes, são fruto de uma sincronização de fatores, onde, além da fragilidade institucional, observa-se como determinantes a disputa pela apropriação de bens materiais, o conflito de interesses financeiros, o tráfico de drogas, e, um modo de relacionamento interpessoal, cuja resolução de situações conflitivas se dá de forma não mediada e violenta.

Souza (2005) indica que a população jovem está mais exposta e vulnerável à violência, tanto pelo impulso à aventura e a busca por novos prazeres, característica dessa etapa da vida, quanto pelas condições de vida nas quais os jovens se inserem. A autora destaca que a necessidade de sobrevivência, de reconhecimento e de consumo alcançadas por meios ilegais - uma vez que as condições adversas do meio não os permitem obter por vias legais - levam muitos jovens a se colocarem em risco.

Ao tratar da questão do adolescente diante da morte, Kovács (1992) atenta para o fato de que nessa fase o indivíduo apresenta grandes potencialidades, tanto corporais como psíquicas. Nesse momento, a morte pode ser posta como 'impossível de acontecer' como possibilidade pessoal, mesmo que aconteça com um companheiro próximo. Assim, a morte do amigo pode, portanto, ser entendida como um descuido/ incompetência. A busca por uma vida mais intensa se reproduz no desafio da morte e nesse caminho "É na adolescência que o paradoxo da vida/morte fica mais evidente" (KOVÁCS, 1992, p.55).

Assim, ser jovem na sociedade atual implica conviver com os diversos desafios impostos pelas mudanças corporais, mentais e sociais. Esses desafios envolvem aspectos

subjetivos tais como a transição para a vida adulta, a construção da identidade e aspectos objetivos traduzidos na precarização do trabalho e na sua inserção social. A atitude de assumir riscos faz parte do processo de enfrentamento desses desafios fazendo com que esse jovem, muitas vezes sem uma rede de apoio para seu suporte, torne-se vulnerável às violências.

2.3 Narrativas de mortes

Para apresentar a literatura sobre o tema aqui estudado, que se refere a como os jornais tratam os homicídios de jovens, torna-se imprescindível percorrer aos conceitos de Representações Sociais (RS) e Mídia. O conceito de RS trabalha com uma gama de elementos que envolvem teorias científicas, ideologias e experiências vivenciadas no cotidiano e também com questões ligadas à Psicologia, à Psicanálise, à Comunicação e à Sociologia. Para a área da psicologia social a Representação Social é definida como:

Um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual. São o equivalente, na nossa sociedade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais, podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso comum (MOSCOVICI, 1981, p. 181).

Inicialmente, é fundamental trazer uma reflexão da origem da expressão Representação Social. Para isto é preciso resgatar o conceito de Representação Coletiva do sociólogo francês Emile Durkheim que, para melhor direcionar seus estudos a respeito da consciência coletiva e construir distinções entre vários conceitos como crenças e sentimentos, aplicou o conceito de ‘representações coletivas’.

Central em suas obras, o conceito de representação coletiva de Durkheim, sintetiza o que os homens socialmente pensam sobre si mesmos e sobre a realidade que os cerca. O autor afirma que, em essência, a vida social é feita, de representações, sendo, portanto, inicialmente, uma forma de conhecimento socialmente produzida.

Porque uma sociedade não é constituída simplesmente pela massa dos indivíduos que a compõem, pelo solo que a ocupa [...] mas, antes de tudo, pela idéia que ela faz de si mesma (Durkheim, 1989, p. 500).

Assim, para Durkheim, não existem representações falsas, pois, todas responderiam as necessidades da existência humana de diferentes formas.

A representação coletiva foi por um longo período esquecida, e retomada somente na década de 1950 por Serge Moscovici que desenvolveu a teoria das representações sociais formulada no estudo em que procurou compreender de que forma a psicanálise adquiriu uma nova significação para grupos populares após divulgação de produções de grupos especializados, pelos meios de comunicação. O autor mostra como se processa, socialmente, a passagem do conhecimento cientificamente produzido para a sua representação no senso comum.

Para Moscovici (1978), a representação se configura da tensão entre o imaginário e o simbólico, a presença e a ausência do objeto, num espaço compartilhado pela resistência e pela propulsão. Nesse conceito o autor envolve uma gama de elementos advindos das teorias científicas, das áreas de Psicologia, Psicanálise, Comunicação e Sociologia, e também das ideologias e experiências vivenciadas no cotidiano.

Após a criação da teoria da representação social por Moscovici, inúmeros autores propuseram sua própria definição e a mais consensual entre os pesquisadores do campo é a de Denise Jodelet (2002, p.22) que define as representações sociais como uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

Spink (1993) destaca as múltiplas dimensões do campo de estudos das RS, que o tornam um conceito interdisciplinar e inerente. Corroborando com Jodelet (2002), que traz que a RS tem vocação de interessar a todas as ciências humanas.

Jodelet (2002) ratifica que existem quatro características fundamentais na RS. Ela é sempre representação de um objeto e de alguém; serve para agir sobre o mundo e o outro; tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações); ela é uma forma de conhecimento. Sendo assim, a RS busca tratar da produção dos saberes sociais, centrando-se na análise da construção e transformação do conhecimento social.

Para Barus-Michel, Enriquez & Lévy (2009), trata-se de um sistema sobredeterminado por fantasias inconscientes e pelas concretas condições sociais e econômicas nas quais a atividade de representação se desenvolve. Portanto, vale realçar que a concepção de representação não possui apenas uma dimensão consciente/cognitiva, mas também inconsciente, estando ligada aos processos psíquicos subjetivo/intersubjetivos e aos processos socioculturais.

Sêga (2000) interroga sobre a dupla questão que os estudos sobre esse fenômeno representativo traz: “como o social intervém na elaboração psicológica que constitui a RS e

como essa elaboração psicológica intervém no social?” (p.129). Essa pergunta pode ser respondida pelo uso que a mídia, em geral, faz em suas matérias, sobre determinados fenômenos sociais complexos, denotando-os de forma pejorativa, negativa e criando estigmas. Alexandre (2001) constata em seu estudo que de cada dez notícias veiculadas pela mídia, uma é positiva. O autor depõe como profissional da área “nós, jornalistas, dizemos em nossa defesa que a vida é assim mesmo, violenta, cruel e que não fazemos mais do que reproduzi-la” (p.122). Essa lógica negativa que estigmatiza, também pode ser exemplificada através de falas populares diante dos casos de homicídios ‘bandido bom é bandido morto’, ‘se mataram é porque devia’, ‘menos um para nos fazer mal’, ‘em todo lugar se morre assim’. Preconceitos que são compartilhados, introjetados, naturalizados e legitimados na sociedade. Exemplos dessa realidade são vivenciados socialmente, em diversas relações, como mostra Sêga:

(...) nas relações étnicas, inter-raciais ou intergrupais, como os julgamentos sociais, os exemplos são explícitos quando a tendência é fixar a imagem do outro dentro de um status “natural” ou biológico. Essa “biologização” do social transforma as diferenças sociais em diferenças de ser. (...) Capaz de resolver e exprimir problemas comuns torna-se código, linguagem comum, servindo para classificar os indivíduos e eventos, construir tipos nos quais os outros indivíduos e os outros grupos serão avaliados e posicionados. A representação social se torna um instrumento referencial que permite a comunicação em uma mesma linguagem (SÊGA, p. 129 e 130, 2000).

É importante ressaltar, que a maneira como essa introjeção ancora a representação não vem do vazio, ela é fundamentada numa interação cognitiva do objeto que está representado através de pensamentos preexistentes em conjunto com transformações que dele advém, como imagens e estruturas de pensamento que são convergidos e formulam determinadas convicções sociais que são compartilhadas. A interpretação é mediada entre o indivíduo e o seu meio, e entre os membros de um mesmo grupo, construindo códigos como uma linguagem em comum, que classifica os sujeitos e eventos, segregando grupos em sua tipologia para se avaliar e posicionar outros sujeitos e grupos (SÊGA, 2000). Entretanto, Spink (1993) alerta que as RS “não são meras (re) combinações de conteúdos arcaicos sob pressão das forças do grupo” (p.305). Os produtos da ciência contribuem para “alimentá-las”, através das divulgações midiáticas e da popularização destes produtos.

Alexandre (2001) aponta a mídia como difusora de novas representações sociais, já que a comunicação, sob essa perspectiva, é o meio pelo qual uma pessoa influencia ou esclarece outra. Para Champagne (1997) a mídia fabrica coletivamente uma RS, e ainda que tenha retificações posteriores, em geral, ela reforça as interpretações espontâneas, mobiliza e

intensifica os prejulgamentos tendenciosos.

A mídia, sinônimo de ‘meios de comunicação social’, diz respeito não apenas a veículos responsáveis pela difusão das informações, mas ao local que suscita e discute temas polêmicos de interesse da sociedade e que possui um papel fundamental para o conhecimento do senso comum, pois populariza para os leigos os conhecimentos produzidos pela ciência, agindo na produção e na veiculação das representações sociais.

O desejo de comunicação está presente e claramente demonstrado desde o início da humanidade. A desenvolvimento da comunicação passou pelos gestos e gritos do homem primitivo, passou pelo fogo, e chegou a sua maior expressão, a escrita, demonstrando a evolução do conhecimento e raciocínio humano com o passar dos tempos.

Com a escrita, o homem venceu definitivamente o tempo, e mais ainda, venceu o espaço. Ela permitiu a fixação do conhecimento num substrato material – papiro, cerâmica, papel – mantendo-o disponível ao longo do tempo para sucessivas e inumeráveis gerações e, simultaneamente, admitiu a disseminação do conhecimento à distância pelo transporte daquele substrato (COSTELA, 2001, p.15).

Como uma rua de mão dupla, a mídia e a sociedade influenciam-se de forma mútua e, nessa dupla e recíproca interação, estão as representações sociais.

Hoje, vive-se ‘uma sociedade e uma cultura midiada’ onde não há segmento que não tenha uma relação profunda com a mídia e que não esteja consideravelmente influenciada por ela (THOMPSON, 2005).

A mídia chega a ser considerada por muitos estudiosos como o “Quarto Poder”, termo este que tem sido empregado de diferentes maneiras e com modelos distintos: o Fourth Estate, Fourth Branch e modelo de Poder Moderador (ALBUQUERQUE, 2009).

O modelo Fourth Estate descreve a mídia nos termos de um contra-poder, cujo papel é promover um controle externo do governo, em nome do interesse dos cidadãos e tornar público temas antes só restritos aos parlamentares. O segundo modelo é o Fourth Branch, em que a mídia desempenha um papel no exercício do governo, ainda que não oficial à divisão dos poderes executivo, legislativo e judiciário, garantindo à imprensa um papel de publicar certos temas em detrimento de outros, e, portanto, o poder de determinar a agenda pública. O último modelo, de Poder Moderador, também se refere à divisão dos três poderes, mas propõe como solução a criação de um quarto poder neutro, denominado super poder (ALBUQUERQUE, 2009).

Neste quadro teórico sobre mídia faz-se inevitável comentar e diferenciar os lados de

uma divisão instituída com a modernidade: a nova e a velha mídia. Nessa última está tudo aquilo que configura a comunicação tradicional e diz respeito tanto a produtos impressos, como jornais e revistas, quanto a eletrônicos como rádio e televisão. A nova mídia se refere à informação, linguagem e serviços oferecidos em ‘artefatos tecnologicamente avançados em relação aos suportes conhecidos’ (COSTA, 2009).

A expressão ‘nova mídia’ não se refere somente a uma nova maneira de gerar e veicular informação. Ela abrange, inclusive, a ‘velha mídia’, uma vez que a nova maneira de fazer e distribuir a informação se apropria de práticas e técnicas nascidas e desenvolvidas no estilo tradicional (COSTA, 2009). E mesmo tendo se modernizado com versões eletrônicas para serem lidas em tablets e instituído sites, o jornalismo, como o do The New York Times, O Globo, Folha de São Paulo, mantêm a versão impressa de seus jornais por existir muitos leitores que, mesmo tendo acesso online ao conteúdo jornalístico, ainda preferem o jornal impresso.

No livro ‘Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da internet’, Álvaro Caldas, no capítulo ‘O desafio do velho jornal é preservar seus valores’, traz que os leitores do jornal e os usuários da internet têm interesses e curiosidades diferentes e que, para assegurar o seu espaço na era tecnológica, cabe ao jornal investir em originalidade, texto interpretativo e analítico (CALDAS, 2002).

Ainda pontuando os tipos de mídia, é inevitável também comentar sobre a mídia alternativa ou, como os que a fazem preferem chamar, ‘midiativismo’ que pretende ser uma opção de canal de expressão e de conteúdos informativos. Difere da grande mídia comercial e da mídia pública pela sua direção político-ideológica, enfoque dado aos conteúdos, assuntos tratados, pelo tipo de abordagem, modos de organização (de base popular e/ou coletiva) e nas estratégias de produção/ação (vínculo local, participação ativa, liberdade de expressão, uso mobilizador), entre outros aspectos (PERUZZO, 2009).

A mídia alternativa não é nova. Ela se fez muito presente no contexto do regime militar brasileiro. Neste período marcado pelo controle estatal e censura, produzia-se comunicação alternativa clandestinamente com a idealização e difusão de boletins, panfletos, jornais etc., mesmo significando grande risco de prisão e condenação política (PERUZZO, 2009).

Independentemente do tipo de mídia é comum a todas elas o poder de influenciar comportamentos, tratando-se então de um meio extremamente poderoso no que diz respeito à produção e à circulação de uma série de valores, concepções e representações relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem somos, como estamos e o que devemos fazer (FISCHER, 2002).

Dentre os diversos outros meios de comunicação social, os jornais são os instrumentos

que servem como ‘termômetro’ para entender como determinado assunto tem sido difundido pela e entre a sociedade.

Para caracterizar o jornal, foram adotados neste texto os atributos da mídia, apontados por Antonio Fausto Neto em ‘Comunicação e Mídia Impressa’ (1999), que foi elaborado de forma generalista para todas as mídias, mas, que podem perfeitamente caracterizar também de forma individual o jornal.

Primeiramente o autor afirma que o jornal compõe e é composto no espaço público. Enquanto integrantes deste espaço, os jornais atuam nele através de competências próprias, como acolher as falas nele produzidas dando-lhes dimensão de visibilidade pública. Em outras palavras, Fausto Neto conclui que os jornais transformam-se em lugares de passagem daquilo que a sociedade produz discursivamente (1999).

Cabe aqui trazer o alerta de Meditsch (1997) de que, desde a redação do jornal para a produção de uma matéria existem condicionantes e influências, como: a subjetividade, as condições técnicas e econômicas dos jornalistas, somadas aos jogos de poder e interesses.

Porém, a maioria da população não entende que aquela notícia é um recorte da realidade feito por quem a populariza.

Embora uma pequena parcela da sociedade reconheça a produção jornalística como recorte da realidade, a maioria entende o jornalismo como reflexo autêntico da realidade. O leitor/espectador consome as notícias, de modo geral, como verdade absoluta (FREIRE, 2011 p. 43).

Além do recorte da realidade, é feita uma seleção do que será noticiado. Com a celeridade de acontecimentos locais e mundiais, os jornalistas, editores e repórteres selecionam, com base em vários critérios, quais notícias devem ser veiculadas. Assim sendo, Guareschi (2002) traz a comunicação como sendo duplamente poderosa: ‘tanto porque pode criar realidades, como porque pode deixar que existam pelo fato de serem silenciadas’ (p.14).

Uma vez que são selecionados os elementos mais palpitantes de uma história, Dines (1971) afirma que todo processo jornalístico é sensacionalista por ter o intuito de seduzir o leitor.

Algumas notícias então seriam mais interessantes, do ponto de vista de quem as seleciona, para se noticiar. Diante disso sabemos que não é de hoje que o tema violência atrai o público, que muitos são os programas televisivos, bem como os jornais, que tratam necessariamente desse tema.

Sendo mais crítico e reflexivo, Porto (2009) aponta que a mídia, se não é diretamente

responsável pelo aumento da violência e da criminalidade, é, no mínimo, um canal de estruturação de sociabilidades violentas, já que aí a violência é, não raro, apresentada como um comportamento valorizado.

Mesmo considerando que a forma de assimilação das mensagens veiculadas pela mídia acontece de forma particular a cada indivíduo, é inegável que grande parte dos produtos culturais midiáticos, não atuando de forma determinante, age ao menos reforçando o que já é preponderante (SARAIVA, COUTINHO, 2012).

E ainda, muitos fatos são noticiados sem discussão e sem análise. Como se, às vezes, os jornais não tivessem noção da dimensão da sua importância na sociedade como um quarto poder, por influenciar populações e servir de ‘gatilho’ para temas como o homicídio de jovens serem disparados na agenda pública do Estado.

Do ponto de vista jornalístico, predomina em grande parte das matérias um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar o setor com a importância que ele tem. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica, na maior parte do tempo, do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes (RAMOS, PAIVA, 2005, p.39).

Assim, o movimento intenso da sociedade e a celeridade dos meios de comunicação colaboram para que diversas representações sejam construídas com pouca reflexão, mas que nem por isso deixa de ter grande impacto sobre os indivíduos influenciando modos de ver e viver na sociedade.

Njaine e colaboradores (2009) destacam que as teorias de comunicação têm demonstrado que a ação jornalística não se restringe somente à construção da notícia enquanto tarefa intrínseca dos profissionais que trabalham na mídia. Desse modo, mais que o simples registro, o tratamento jornalístico a determinadas questões ou passa por um interesse público ou são de interesse do jornalismo porque mobiliza emoções, dramas e o comércio desse produto. Para Alexandre (2001) toda linguagem, inclusive a científica, tem uma dimensão tanto emotiva quanto cognitiva, transmitindo assim, uma significação emocional, pois ainda que a palavra seja o mais descritiva possível, contém uma carga de emoção. A objetividade da linguagem jornalística tenta mostrar distanciamento ou imparcialidade, porém a comunicação é feita com o intuito de produzir efeitos nos receptores. O autor acredita que, se não houver esta intenção serão utilizados os hábitos existentes no receptor, criando mensagens para fortalecê-los.

Não se pode negar a importância desse meio de comunicação para a sociedade

(ALEXANDRE, 2001) e sua participação na construção da identidade social. Porém, a comunicação tende a tornar-se um problema quando não adota uma concepção de ser humano historicamente construído e de uma sociedade como um produto histórico-dialético, na medida em que sua prática requer a superação da própria realidade. Assim:

(...) a preocupação não é mais com o que é comunicado, mas sim com a maneira com que se comunica e com o significado que a comunicação tem para o ser humano, e a linguagem não pode ser tratada separadamente do complemento humano, nem do padrão emissão-recepção. Sob influência da Psicologia, da Sociologia, da Comunicação e da representação social (ALEXANDRE, 2001, p.112).

Sgarbieri (2006) considera que os discursos divulgados pela imprensa com seu caráter multiplicador contribuem diretamente para a construção da identidade social. O que se divulga em jornais e revistas de circulação nacional estabelece novos sentidos e representações, formando novas identidades. Nesse contexto, como a RS não é a realidade em si, e sim o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas que nele acontecem, ela pode ser transformada e modificada. Alexandre (2001) acredita que as RS se atualizam dentro de relações de comunicação diferentes. Como bem reitera Sêga, “as RS nascem no curso das variadas transformações que geram novos conteúdos. Durante essas metamorfoses, as coisas se modificam, ampliando um ponto de vista, no qual as pessoas tornam-se mais receptivas a manifestações que anteriormente lhes haviam escapado” (SÊGA, 2000, p.130).

A observação das representações sociais é facilitada por circularem pelas mensagens e imagens veiculadas na mídia, por exemplo. Jodelet aponta que as redes de comunicação midiáticas ou informais intervêm em sua elaboração, abrindo a via dos processos de influência, às vezes de manipulação social. Trata-se, então, de fatores determinantes na construção representativa. Entretanto Moscovici (2003) não acredita que as representações sejam produzidas pela mídia; o que ela faz é acelerar, afrouxar e talvez dirigir.

Elaboradas ou (‘somente’) complexificadas pela mídia, as representações sociais têm os jornais como material fundamental para análise, por serem elementos construídos pelos atores da sociedade que popularizam as notícias e por neles ser possível conceber diversas formas e abordagens de representações sociais.

A literatura mostra que a mídia é o principal lugar onde é realizado o trabalho sobre as RS, pois adquirem um status institucional que lhes autoriza a interpretar e produzir sentidos sobre o social que são aceitos consensualmente pela sociedade, sem o mínimo senso crítico. Consequentemente, aquilo que é retratado na mídia, ainda que não condiga com a realidade, é

repassada como verdade (RIBEIRO, 1996; HUYSSSEN, 2000 apud SGARBIERI, 2006). Os mesmos autores lembram que os meios de comunicação não veiculam a memória pública inocentemente, na medida em que possuem um mecanismo ideológico próprio. Ao selecionar, ordenar e enunciar os acontecimentos da história, os meios de comunicação apresentam-se como um lugar de tensão em que operam forças que levam a mudanças na memória da sociedade e dos membros que dela fazem parte e nela atuam.

A imprensa até demonstra uma preocupação com a violência, no entanto não visa discutir de forma analítica, as razões desses atos ou as políticas sociais que podem prevenir e proteger os jovens. Traz um discurso de repressão da violência, como prisão para adolescentes, ao invés do discurso de prevenção (SANTOS, ALÉSSIO, SILVA, 2009). O estudo de Coelho (2009) realizado com a mídia de Portugal constatou comportamento semelhante da mídia brasileira, ou seja, uma visão tendenciosa e reducionista.

Como bem aponta Njaine (2004) é importante investigar a violência na mídia sob a ótica da saúde pública, a fim de contribuir com a prevenção da violência e a promoção da saúde, haja vista uma escassez de pesquisas brasileiras sobre a violência na mídia área da saúde.

Porto (2009) em sua pesquisa defende a ideia de que as mídias constituem, nas modernas democracias contemporâneas, um dos principais produtores de representações sociais, as quais, para além de seu conteúdo como falso ou verdadeiro, têm função pragmática como orientadoras de condutas dos atores sociais. A autora ainda cita algumas frases que, repetidas à exaustão nos noticiários de jornais e telejornais, nas revistas, em conversas, ganham estatuto de verdade, transformam-se, segundo ela, em afirmações não contestadas, cujo grau de evidência dispensa demonstração. Para a autora há uma construção discursiva que argumenta em termos da existência de uma crise de segurança pública, lançando descrédito às instituições por sua baixa eficácia nos procedimentos utilizados para a contenção da violência, além da carência de recursos humanos e materiais. Acresce a isso a noção de que a segurança pública se reduz a atuação policial, sem considerar o aspecto preventivo de sua função e sem abranger os demais setores da sociedade que também podem e deveriam atuar. Constrói-se desse modo uma visão que busca controlar grupos e eventos divergentes do status quo.

Destacando que nem todo modo de representação da violência e nem toda reação da sociedade devem ser analisadas da mesma forma, Njaine (2007) conclui que é necessário diferenciar fatores que estão relacionados ao contexto da representação e às características individuais do receptor da informação.

No Brasil, os jornais de maior circulação nas principais capitais é que foram principais objetos de estudos. Jornais como O Globo e a Folha de São Paulo foram materiais de estudo de

cinco pesquisas, cada um deles, sendo as demais pesquisas realizadas em outros periódicos.

O uso software Alceste aparece como instrumento em comum nas publicações nacionais que usaram a teoria das representações sociais. Esse software possibilita diferentes tipos de análise de dados textuais, seja elas simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), ou mais complexas, como as análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Autores que utilizaram o Alceste destacam como vantagem para sua utilização a possibilidade que este oferece de organizar a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara. A justificativa mais comum para se usar o software é baseada na necessidade de organizar e interpretar um material complexo, como são os jornais (KRONBERGER, WAGNER, 2004; CAMARGO, 2005).

Ainda sobre a literatura nacional, são poucos os estudos voltados para análise dos jornais e fotografias neles contidas, evidenciando no recorte, os pesquisadores restringem-se a debruçar-se sobre o texto da matéria jornalística. Na busca bibliográfica, apenas um estudo contemplou as fotografias e imagens relacionadas às mortes violentas, além da análise dos textos (MARQUETTI, 2004).

As imagens de violência produzem representações e construções, a partir dos quais a sociedade ‘torna-se refém’ das estratégias de exploração do sentimento de insegurança coletiva. A violência expressa, então, um contexto e um processo de dominação e não simplesmente um ‘conjunto de atos brutais’. E as imagens da violência geram ansiedade pública que, ao mesmo tempo, acarretam uma demanda por mais proteção policial e jurídica e maior controle da vida social (MONTORO, 2002).

Problematizando as notícias dos jornais, estudo realizado com os periódicos de Pernambuco traz a discussão de como o episódio violento é tratado e diferenciado de acordo com a classe social a que pertence o vitima ou agente da violência. Quando a violência acometeu jovens pertencentes a camadas mais pobres, a imprensa os apresentou como alguém que vivia ‘em más companhias’ sendo ele agressor ou vitima. Já quando a violência estava ligada aos jovens da classe média alta, a notícia salientava a crueldade que os atingia, a dor da família, a indignação da sociedade e a preocupação pela busca dos responsáveis do ato violento. (SOUZA SANTOS et al.2009).

Com uma reflexão crítica sobre o impresso Diário do Pará, Ferreira Júnior e Menezes (2014) pondera que tal jornal aborda a violência como crimes isolados, agindo como uma espécie de painel da violência ocorrida diariamente. E constata que há falta de aprofundamento, de qualificação da informação, de respeito à ética jornalística gerando constrangimentos para os que são estampados nas páginas dos jornais. Para, além disso, os autores prosseguem com a

crítica à prática editorial de incentivo da ação policial como meio de resolver o problema da violência, a ridicularização dos acusados, usando linguagem supostamente popular para atrair atenção e, não se privar de utilizar a morte para vender e para evidenciar a violência, tendo como recurso principal narrativas de crime ou narrativas policiais, acompanhadas de fotografias de cadáveres.

Pela literatura analisada é possível perceber a pouca preocupação com a saúde física ou mental dos leitores dessas notícias sobre morte de jovens que, muitas vezes são, os familiares e amigos dos que foram vitimados. Então, pode-se dizer que as publicações não se preocupam com o que é comunicado, mas sim com a maneira com que se comunica e com o significado que a comunicação tem para o ser humano, para aquela sociedade e para agenda pública.

Estudando especificamente a influência da mídia sobre o poder legislativo, Silva (2015) disserta que os jornais funcionam como instrumento de impulso ao legislativo, ao buscar o despertar do senso crítico do cidadão, afim de que passe a questionar a depreciação do interesse popular, onde projetos referentes à educação, saúde e demais direitos fundamentais aguardam aprovação e até mesmo sua inserção na pauta para discussão.

Silva (2015) ainda pontua exemplos de casos como o assassinato da atriz Daniela Perez, em 1992, que devido a forte impacto nacional, mobilização da mãe (romancista famosa) e frente a pressão da mídia teve como resultado a Lei 8.930/94 que inseriu os crimes de homicídio praticado em atividade de grupo de extermínio. A autora ainda instiga que, em diversos casos é preciso haver uma pressão popular para que o legislativo atue.

Muito embora grande parte das publicações critique e questione a atuação da mídia frente a violência e aos jovens, há aquelas que enaltecem sua contribuição inegável para a sociedade. O estudo elaborado por Villela et al. (2012) aponta os jornais como grandes potencializadores para qualificar e complementar as informações das causas básicas de morte de óbitos por violência. Com o uso das informações dos jornais, as autoras constataram que foi possível diminuir o número de óbitos por causa indeterminada, no registro do Sistema de Informação de Mortalidade.

Sobre os métodos de pesquisa, a análise de conteúdo tem sido a metodologia mais utilizada e, conseqüentemente, a que mais contribuiu para as pesquisas sobre a mídia, ao contrário do que constataram Njaine e Minayo, em 2004. No entanto, é crescente o número de pesquisas sobre a mídia que trabalham a temática usando como método de análise as representações sociais.

Os estudos de Silva, Camargo (2004) e Alexandre (2001) pontuam a mídia como possuidora de um papel fundamental para a construção do senso comum, pois, ao popularizar

para os leigos os conhecimentos produzidos pela ciência, age na produção e na veiculação das representações sociais.

Ao representar crianças e adolescentes em situação de risco social, a mídia contribui para estigmatizá-las. Tal teoria é encontrada no estudo de Neder (2008), onde foi feita uma análise de como a repetição do termo “menor de idade” ou simplesmente “menor” favorece o preconceito do discurso jornalístico desta população. O autor destaca em seu texto dois aspectos da ‘estigmatização enunciativa’ do discurso do jornal: 1- a estigmatização contribui para a despolitização e a criminalização da juventude pobre e excluída, 2 - a redução enunciativa revela, segundo o autor, o pouco caso com que a questão da situação de risco de crianças e adolescentes é tratada pelos jornais. Neder conclui com a provocação de que, nem todos são menores, embora tenham menos de 18 anos de idade¹, fazendo alusão ao fato do termo ser usado somente para jovens economicamente desfavorecidos.

Vale salientar que a forma como os jornais apresentam os homicídios praticados por jovens pode contribuir para reforçar a representação do adolescente em conflito com a lei como um criminoso irrecuperável. É importante também apontar os termos encontrados para designar os jovens em muitos jornais. O tratamento usado remete, ainda, ao antigo Código de Menores (mesmo já havendo o Estatuto da Criança e do Adolescente), no qual o jovem ou adolescente autor de delito era visto como um problema de segurança pública (ESPINDULA, et al 2006).

Silvia Ramos e Anabela Paiva realizaram investigação ao longo de três anos sobre a produção diária de jornais e entrevistaram 90 jornalistas e especialistas em segurança pública. Esse trabalho resultou no livro intitulado ‘Mídia e Violência - Novas Tendências na Cobertura de Criminalidade e Segurança no Brasil’ (2007). As autoras apontam o papel decisivo que os meios de comunicação de massa desempenham na construção de uma nova consciência social sobre o que sejam os Direitos Humanos, fazendo oposição a atual construção predominante que é ‘rebaixada, preconceituosa e, muitas vezes, fruto de manipulações grosseiras por parte de profissionais da própria mídia’(p.7).

Um dos direitos humanos, o direito à vida, é interrompido com o homicídio. Esta tragédia humana e social tem motivado estudos em diversas áreas, que evidenciaram ser esse um dos maiores problemas atual da saúde pública. Vale enfatizar que, sobre esta temática, é crescente o número de estudos acadêmicos que abordam o homicídio e suas vertentes na mídia (SOUZA SANTOS, 2009; NJAINE, 2007; SARAIVA, COUTINHO, 2012)

No livro ‘Narrativas do Medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo’,

¹ O texto foi publicado em 2008, quando ainda a menor idade penal era referente a indivíduos com menos de 18 anos de idade. Em 2015, a menor idade penal passou a ser para menores de 16 anos.

Matheus (2011) traz como o discurso do medo é promovido pela mídia, e como a narração de jornais sobre fatos violentos podem abalar a sociedade como um todo, destruindo vidas e impregnando o terror no dia a dia da população. A autora disserta sobre o ‘jornalismo de sensações’ recorrendo a uma investigação documental detalhada com uma análise crítica de episódios de violência urbana que mereceram intensa cobertura do jornal O Globo. O maior questionamento da autora na obra é a respeito do por que da necessidade de tal periódico produzir narrativas que privilegiam o medo.

As mulheres também são as maiores vítimas quando se trata de crime de honra, sendo essas principalmente casadas e adultas. Este é um grave problema para a saúde pública paquistanesa. Os dados oficiais sobre o fenômeno são limitados e muitos não são notificados, o que contribui para que os jornais sejam apontados como uma boa fonte de vigilância quando a informação não é registrada e qualificada (NASRULLAH et al.,2009).

Os homicídios também podem ser praticados coletivamente por meio de linchamentos motivados, geralmente, por revolta, medo e o sentimento de insegurança. O estudo realizado com matérias de 1990 a 2000, em banco de dados com jornais de vários estados brasileiros, constatou que houve 312 vítimas fatais de linchamentos. Sendo a maioria das vítimas do sexo masculino, jovens, negros e mulatos (SOUZA, MENANDRO, 2002; CERQUEIRA, NORONHA, 2006).

Certamente, após apontado também esse potencial dos jornais em contribuir para sistemas de informação, cabe aqui enfatizar que se faz necessário avaliar a qualidade das notícias veiculadas, a capacidade de difundir informações fidedignas e sua potencialidade para sinalizar ações preventivas na redução de violências.

Os estudos consideram que os meios de comunicação, como produtores de sentido, podem contribuir para a transformação de comportamentos e hábitos sociais a partir de uma abordagem que valorize a igualdade, a cidadania, a liberdade e a segurança dos sujeitos. E ao tratar de assuntos como a violência, o discurso midiático pode contribuir para uma cultura mais equânime no sentido de promover a redução dos índices de violência (CARVALHO, FREIRE, VILAR, 2012).

Sobre a percepção de jovens acerca de homicídios de outros jovens noticiados em jornais, Corrêa e Souza (2011) trouxeram que os envolvidos na pesquisa revelaram uma visão negativa da juventude. As moças e rapazes apontaram os jovens apresentados nas notícias como irresponsáveis e inconsequentes. Contudo, tais acusações foram acompanhadas de justificativas como: desamparo ou cumplicidade por parte dos pais, ausência de referências e modelos de boa conduta na própria sociedade e pressões sociais de conduta e performances.

Sobre o modo de ver e viver, o estudo de Dill et al (2011) traz uma discussão sobre os efeitos dos Crimes Copycat, que são fenômenos de imitação em que a cobertura da mídia de um crime gera, posteriormente, outros semelhantes. O estudo comenta como o atentado de Columbine², devido ao seu impacto violento e por sua cobertura jornalística sem precedentes, moldou as ações de outros jovens para realizar atos semelhantes. Os autores apontam que são raros os estudos empíricos rigorosos de crime Copycat. Ainda assim, recomendam que nos relatórios de crime, a mídia evite histórias que o glorifiquem, justifiquem ou forneçam instruções para potenciais imitadores.

Em outro estudo que também trabalhou com jovens, o bullying foi apontado como a ponta do iceberg para a saúde pública das Américas. Pois, tanto as vítimas como os agressores estariam em risco significativo de sofrer de uma série de morbidades e de morrer jovem devido a lesões acidentais, suicídio e homicídio (SRABSTEIN, 2013).

Ao analisar a literatura internacional, observam-se estudos sobre jornais que buscam investigar a possível tendência a penas mais duras para perpetradores de homicídio infantil no Japão, após a implantação de um sistema de jurisprudência criminal, onde os cidadãos atuam como ‘juizes leigos’ em julgamentos envolvendo crimes graves. Utilizando bases de dados online de três grandes jornais japoneses, Nambu et al. (2011) não encontraram nenhuma alteração significativa na condenação de acusados de homicídio de crianças antes e após o período de implantação do novo sistema de jurisprudência, segundo o que foi publicado nas matérias de jornais.

Quatro grandes jornais italianos tiveram suas matérias estudadas para avaliação da incidência dos crimes de homicídio seguidos de suicídio na Itália, durante um período de 24 anos. Esse estudo evidencia que a prática do homicídio seguido de suicídio tem como principais vítimas as mulheres, enquanto os assassinos e suicidas são homens. Os crimes são, em sua maioria, motivados por ciúmes, mas também devido a estresse socioeconômico (ROMA et al., 2012).

Um estudo recente, realizado com 296 artigos de jornais canadenses e norte-americano identificou as principais motivações que levam homens a cometerem homicídio seguido de suicídio. O desespero doméstico, a busca de justiça no local de trabalho e a retaliação na escola ligada a ‘devolução’ contra indivíduos e/ou sociedade para as dificuldades enfrentadas, foram os principais tópicos motivadores para desencadear as violências contra

² Em abril de 1999, dois jovens, com 17 e 18 anos, atiraram em vários colegas e professores no Instituto Columbine, Colorado, EUA, e em seguida cometeram suicídio. Esse atentado foi o primeiro massacre em uma escola americana transmitido, em grande parte, ao vivo pela TV.

outros indivíduos e contra si próprio. Os autores identificaram que os casos analisados nos jornais tiveram o uso das armas de fogo e foram sustentados, principalmente, pela desesperança dos homens, perda do controle e pela identidade masculina enfraquecida (OLIFFE, 2014).

Em suma, a produção bibliográfica internacional tem os Estados Unidos da América, como o país com mais publicações que investigam como as mortes por homicídio são retratadas nos jornais, e essas analisam, majoritariamente, os impactos dos tiroteios em escola, crimes passionais e os homicídios seguidos de suicídios.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

A presente dissertação analisa como os jovens vítimas de homicídio são representados na mídia impressa do interior do país. Para isso faz uma análise documental de notícias de jornais impressos, considerados fontes secundárias. Este tipo de pesquisa tem como característica inerente a coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, e ‘oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente’ (MANZO, 1971 *apud* LAKATOS, 2010). Assim, a pesquisa documental é mais que uma reprodução do que já foi escrito, é um exame de um tema sob um novo enfoque ou método, chegando a novas conclusões (LAKATOS, 2010). Nessa perspectiva, ela permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social.

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (FLORES *apud* CALADO; FERREIRA, 2004, p.3).

A pesquisa documental, portanto, não é uma técnica ou procedimento de coleta de dados, mas sim um método de pesquisa. Para Gomes (2007), o método está para além da técnica, pois considera quatro dimensões que demarcam esta diferenciação, quais sejam: a epistemológica, pois a partir de um modelo de ciência se avalia se uma pesquisa é ou não científica; a teórica, que considera os conceitos e princípios que orientam o trabalho interpretativo; a morfológica, uma vez que se estrutura sistematicamente o objeto de investigação e, por último, a técnica, que se ocupa do controle da coleta de dados e do necessário diálogo entre eles e a teoria que os suscitou.

As notícias foram estudadas com o intuito de verificar como os jovens vítimas de homicídios são apresentados/representados para a sociedade. Para tal compreensão foi realizada abordagem quantitativa e qualitativa das matérias jornalísticas; essas focalizadas à luz da teoria das representações sociais.

3.1 Materiais e procedimentos de pesquisa

Foram pesquisados os jornais de maior tiragem dos municípios que foram selecionados para a pesquisa maior, da qual este projeto faz parte (tabela 1).

Tabela 1. Jornais incluídos no estudo, segundo região, município de circulação, periodicidade, tiragem e preço/valor.

Região	Município/Estado	Jornal	Periodicidade	Média de circulação	Preço
Norte	Santarém/Pará	Jornal de Santarém e Baixo Amazonas	Semanal	5 mil	R\$ 2,00
	Marabá/Pará	Correio do Tocantins -Jornal de Carajás	Semanal	10 mil	R\$2,00
Nordeste	Petrolina/Pernambuco	Gazzeta do São Francisco	Semanal	12 mil	R\$ 2,00
	Lauro de Freitas/Bahia	A tarde	Diária	36 mil	R\$ 2,00
Centro-Oeste	Trindade/ Goiás	Daqui	Diária	200 mil	R\$ 0,50
	Várzea Grande/ Mato Grosso	A Gazeta	Diária	33 mil	R\$3,00
Sudeste	Guarulhos/ São Paulo	Folha Metropolitana	Diária	50 mil	Gratuito
	Sabará/ Minas Gerais	Folha de Sabará	Semanal	De 4 mil a 7 mil	R\$ 1,00
Sul	Toledo/ Paraná	Jornal do Oeste	Diária	8 mil	R\$ 1,50
	Uruguaiana/ Rio Grande do Sul	Diário da Fronteira	Diária	7 mil	R\$ 2,00

Fonte: Informação do próprio jornal, março de 2013.

Os jornais coletados foram alvo de uma leitura atenta com o objetivo de identificar e recortar as reportagens conforme os critérios de inclusão neste estudo. Foram coletadas as matérias jornalísticas que tinham relato de homicídio de jovem com idade entre 15 e 29 anos, publicadas no mês de março de 2013. Esse mês foi escolhido por ser atípico, ou seja, sem feriados prolongados (como a semana santa ou carnaval) ou datas comemorativas coletivas (como o réveillon).

Após a leitura aprofundada dos jornais, a fim de organizar o acervo de notícias, foi criado um clipping com ficha elaborada contendo um cabeçalho com o nome do jornal, página, data e título da matéria (anexo 2) na qual as reportagens foram afixadas e, em seguida escaneadas, constituindo assim o acervo dos homicídios noticiados, por cidade.

Para a coleta dos dados das matérias jornalísticas no qual foram registradas as informações do acervo de notícias já “clipado” foi elaborado um questionário (anexo 1) Esse

questionário está composto por cinco blocos que contemplam variáveis sobre:

I- Identificação do Jornal (título, página, data, periodicidade);

II- Caracterização da matéria jornalística (sessão, fonte de informação, tipo de matéria, recursos utilizados, etc);

III- Caracterização do homicídio na matéria (quantidade de vítimas; tipo de arma; período do dia; motivação do homicídio, local, etc);

IV- Caracterização da vítima (idade, sexo, cor, orientação sexual, escolaridade, profissão, características sócio demográficas; tratamento linguístico);

V- Caracterização do suspeito/acusado/agressor (idade, escolaridade, sujeitos envolvidos; tratamento linguístico, etc.); além de outras percebidas durante a leitura.

Após o preenchimento dos questionários, as informações sobre o perfil da vítima, do agressor e as informações sobre o jornal foram digitadas em um banco de dados no Microsoft Excel 2010.

3.2 Breves características dos municípios estudados

Na tabela 2 encontram-se algumas características das localidades cujos jornais foram pesquisados. Como se pode ver, cinco delas têm cerca de 100.000 habitantes, quatro entre 200.000/300.000 habitantes. Guarulhos, em São Paulo, é o único município com uma população de mais de 1 milhão de habitantes. Cinco dessas cidades localizam-se em regiões metropolitanas e próximas da capital do seu estado.

Tabela 2. Algumas características demográficas dos municípios incluídos no estudo

Município/Estado	Região	População ¹	Distância aproximada da capital ²
Santarém/PA	Norte	294.580 hab	1.384 km
Marabá/PA	Norte	233.669 hab	565 km
Petrolina/PE	Nordeste	293.962 hab	712 km
Lauro de Freitas/BA	Nordeste	163.449 hab	29 km
Trindade/GO	Centro-Oeste	104.408 hab	27 km
Várzea Grande/MT	Centro-Oeste	252.596 hab	7 km
Guarulhos/SP	Sudeste	1.221.979 hab	20 km
Sabará/MG	Sudeste	126.269 hab	20 km
Toledo/PR	Sul	119.313 hab	541 km
Uruguaiana/RS	Sul	125.435 hab	631 km

¹ Fonte: IBGE,2010

² Fonte: <http://www.distanciaentrecidades.com.br/> Acesso em fevereiro de 2015.

3.3 Abordagem Quantitativa e Qualitativa

A utilização de métodos mistos em pesquisa tem sido crescente em diversos campos do conhecimento, que consideram os enfoques quantitativos e qualitativos como complementares. Como são duas abordagens com características antagônicas, elas se combinam de forma que uma prevalecerá sobre a outra ao mesmo tempo em que se somam na apresentação dos achados de pesquisa. A conjugação desses métodos, portanto, possibilita ampliar a obtenção de resultados em abordagens investigativas, proporcionando ganhos relevantes para as pesquisas complexas, como é o caso dos homicídios de jovens na mídia impressa.

O método quantitativo utiliza o instrumento de coleta e análise de dados para responder às questões de pesquisa e testar as hipóteses estabelecidas previamente. Usa também a medição numérica, na contagem para estabelecer com exatidão os padrões de comportamento de um grupo pesquisado. (SAMPIER; COLLADO; LUCIO, 2006, p.5).

O enfoque quantitativo do presente estudo teve como base as informações do questionário constantes no banco de dados do Microsoft excel 2010, que foram posteriormente analisados no software SPSS versão 20.

Foram geradas frequências relativas e absolutas para todas as questões fechadas do questionário e aplicou-se o teste qui-quadrado (χ^2) a algumas das variáveis categóricas para avaliar existência de associação entre elas (TRIOLA, 2008). Assim, verificou-se se a ocorrência do óbito de pessoas por homicídio estava associado a algumas variáveis, como por exemplo, o sexo e o local de ocorrência do homicídio.

Na abordagem qualitativa aprofunda-se a análise dos dados já investigados quantitativamente (CRESWELL, CLARK, 2011). Neste estudo, objetivou-se investigar como os jovens vítimas de homicídios são representados nos jornais, e por isso lançou-se mão do referencial teórico das ciências sociais, utilizando o conceito de representações sociais que guiou o processo de interpretação dos dados e a construção de sentidos.

Os dados coletados no questionário possibilitaram a identificação dos termos pelos quais os jovens são tratados, e são esses termos que trazem a carga de sentido a eles atribuída. Buscou-se identificar os sentidos explícitos e ocultos das representações, as articulações feitas entre a sua morte e o mundo das drogas e da criminalidade, as imagens com que o fato é ilustrado e as informações que são omitidas.

É sabido que a abordagem qualitativa busca responder questões específicas e agrupa o significado das ações, das relações humanas e estruturas sociais, abordando os motivos, as

aspirações, as crenças, os valores e atitudes (MINAYO, 2007) e que as representações são “categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a” (MINAYO, 2006, p.219).

Os dados deste estudo foram integrados (quantitativamente e qualitativamente) e conforme são apresentados são seguidos das discussões, buscando ainda apresentar dados semelhantes ou divergentes já publicados em outros estudos.

Inicia-se a apresentação os resultados com uma caracterização sobre as notícias e, brevemente, sobre os jornais. O perfil das vítimas é apresentado, seguido da apresentação do perfil dos agressores. Os aspectos dos homicídios que selaram a vidas dos jovens são descritos, seguido das discussões sobre as políticas públicas e das marcas discursivas apresentadas.

Por se tratar de uma pesquisa com o uso de documentos de domínio público, de acesso para qualquer cidadão que assim o desejar, é dispensável a submissão no Comitê de ética em Pesquisa (CEP). Todavia, cabe aqui apontar que pesquisa original ‘Mortes violentas de jovens: um olhar compreensivo para uma tragédia humana e social’ foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz, sob o parecer 10733.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de facilitar a leitura e a compreensão dos dados, organizou-se os resultados de acordo com os objetivos específicos que se buscou alcançar. Antes, porém, apresentam-se breves achados sobre os jornais e as notícias, para contextualizar o ‘território’ que se adentrou.

4.1 Jornais e Notícias

Na tabela 3 é possível sintetizar algumas informações sobre os municípios estudados, bem como as quantidades de notícias e homicídios encontrados. A leitura dos jornais, coletados no mês de março de 2013 identificou 95 notícias sobre homicídios, nas quais foram noticiados 111 casos de homicídios de jovens na faixa etária dos 15 aos 29 anos.

Tabela 3: Município, segundo número de homicídio de jovens nas notícias, em março de 2013, taxas de mortalidade de homicídios de jovens e número de notícias.

Município/Estado	Número de homicídios de jovens nas notícias	Taxa* de mortalidade de jovem por homicídio	Número de notícias	
Marabá/PA	15	187,5	Alta	13
Santarém/PA	2	6,9	Baixa	2
Lauro Freitas/BA	21	374,2	Alta	19
Petrolina/PE	2	52,7	Baixa	2
Várzea Grande/MT	24	96,9	Alta	21
Trindade/GO	34	14,1	Baixa	25
Sabará/MG	2	52,9	Alta	2
Guarulhos/SP	8	38,5	Baixa	8
Toledo/PR	2	126,9	Alta	2
Uruguaiana/RS	1	51,2	Baixa	1

* Taxa por 100.000 habitantes, SIM 2010.

Os dois jornais com mais matérias sobre homicídios de jovens foram os da região Centro-Oeste. O jornal ‘Daqui’, de Trindade-GO, publicou 25 notícias sobre homicídios envolvendo jovens, seguido do jornal ‘A Gazeta’, de Várzea Grande, com 21 notícias. Não sendo observada diferença entre a quantidade de notícias veiculadas em cidades de altas taxas ou baixas taxas.

Um dado importante para refletir é que os jornais dos municípios do sul do Brasil, Toledo e Uruguaiana, trouxeram um número baixo de notícias sobre essa problemática tão marcante na região (tabela 3). Durante todo o mês de março o Diário da Fronteira só publicou uma notícia, durante mês estudado e o ‘Jornal do Oeste’ trouxe somente duas notícias, fato intriga e que se

faz questionar sobre os motivos de tão escassa publicação, como: a não divulgação de casos de homicídios de jovens para transmitir a sociedade o que as pesquisas apontam (taxa alta); houveram poucos casos de homicídios de jovens nas cidades durante o mês pesquisado ou há uma irrelevância da problemática para os jornais?

Sendo ambas as publicações do sul do país, pode-se pressupor que a mídia desta região pouco se envolve com a problemática da violência. Estampado nas páginas dos jornais, esses homicídios deixam o “cotidiano da vida” para ingressar no universo simbólico da notícia. Reforça-se que ao transformar fatos em notícia a atividade jornalística diz o que deve ou não ser do conhecimento da sociedade.

Cabe aqui apontar que apenas 29 dos homicídios noticiados ocorreram nas cidades pesquisadas. Esse dado pode estar relacionado ao fato de que três dos jornais pesquisados (Daqui, A Gazeta e A tarde) têm redações e editoriais nas capitais de seus estados, e não nas cidades aqui em análise (Trindade, Várzea Grande e Lauro de Freitas, respectivamente), assim, tendem a priorizar notícias de fatos ocorridos na capital.

Vale ressaltar que, dentre os diversos meios de comunicação social, os jornais são os instrumentos que servem como “termômetro” para entender como determinado assunto tem sido difundido na sociedade, constituindo assim a representação social que dele advém.

É oportuno trazer aqui a importante ‘Teoria do Agendamento’ ou ‘agenda-setting’, que defende a ideia de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos veiculados na imprensa, sugerindo que os meios de comunicação agendam nossas conversas. Ou seja, a mídia nos diz sobre o que falar e pauta nossos relacionamentos. A influência da mídia nas conversas dos cidadãos advém da dinâmica organizacional das empresas de comunicação, com sua cultura própria e critérios de noticiabilidade. Quanto à teoria do agendamento, Shaw (1979), citado por Wolf afirma que:

As pessoas têm tendência para incluir ou excluir de seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. É disso que se trata o agendamento (Shaw, 1979. apud Wolf, 2001, p.144).

Baseado nesse autor é possível ressaltar que o fato de não noticiar ou discutir taxas de homicídios dos jovens dessas cidades em um veículo de informação leva a questionamentos sobre os motivos de se ‘não noticiar’ tal problemática. Albuquerque (1997) defende que a notícia não é só resultado de fatores extras jornalísticos, que têm como fim sua manipulação intencional. O que vai de encontro com Njaine, Minayo (2002) e Sgarbieri (2006) ao

considerarem que os discursos divulgados pela imprensa com seu caráter multiplicador contribuem diretamente para a construção da identidade social, devido à possibilidade de novos discursos, interferem na construção do nosso cotidiano e na forma como configuramos as relações sociais e a memória. O que se divulga em jornais e revistas de circulação nacional estabelece novos sentidos e representações, formando novas identidades.

Os jornais valorizaram sete notícias ao colocá-las na capa, local onde supostamente, são ‘mais notícias’ que outras. Para Gomis (1991 apud MOREIRA, 2006), é mais notícia o fato que repercute mais, o acerto ou erro do veículo na escolha pode ser julgado pelo seu próprio conteúdo. Certamente, é colocado em matéria de capa o que, na percepção dos editores, é mais importante para a sociedade ou despertará maior interesse pela leitura e venderá mais jornais.

A primeira página do jornal é de absoluta importância, pois além de apresentar o nome do jornal e as matérias em pauta em determinada edição, ela também exibe o design e diagramação, o que é determinante para se definir a intencionalidade de um jornal. A maneira como uma notícia é publicada, suas imagens, quantidade de texto da chamada, tamanho do título e diagramação em geral denota o valor que o jornal deseja que a notícia possua (NEVES E PEDROSA, 2009). O título maior causa impacto, assim como uma imagem ocupando mais espaço é um ponto de atenção na capa do jornal. A imagem e a legenda são complementos. Uma auxilia a outra, mas primeiro é preciso se deter em compreender a fotografia. Por vezes, a imagem e a legenda se complementam, outras a legenda explica a imagem. Como exemplo, cita-se o jornal ‘Correio de Tocantins’, que trouxe como destaque em sua capa (figura 1) o número de mortes nos últimos dias, seguido de um breve texto sobre as sete mortes, e da fotografia dos envolvidos em um dos casos. Já “condenados pela primeira página”, uma vez que o jornal expõe os rostos na capa, quando ainda não houve confirmação da participação de tais pessoas no evento trágico ocorrido. Como aparece na imagem a seguir:

Figura 1: Capa do jornal ‘Correio de Tocantins’ com suspeitos do homicídio.



Fonte: Correio de Tocantins, dia 12 e 13/03/2013, capa.

Situações como a descrita acima ocorreram em outros noticiários, corroborando a comportamento semelhante da mídia em estudo realizado em Portugal, como já descrito anteriormente (COELHO, 2009).

O tipo de notícia prevalente entre as notícias foram as matérias (tabela 4). Dessas, sete foram manchete dos jornais, e como a tabela mostra, 23 jovens tiveram sua morte noticiada nos jornais através de uma nota.

Tabela 4: Caracterização da notícia jornalística, segundo o tipo.

Tipo de matéria	N
Matéria	72
Nota	23

Fonte: Autora

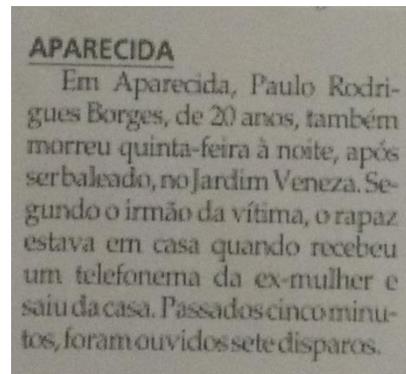
As notas foram breves, sucintas e objetivas em comunicar para a população que a vida de mais um jovem foi ceifada precocemente (figuras 2 e 3). Isso limitou e dificultou a obtenção dos dados a serem preenchidos no questionário, além de reduzir e banalizar a violência do homicídio. É possível exemplificar tal afirmação através das notas a seguir retiradas dos jornais estudados.

Figura 2: Nota do jornal “A tarde”, sobre a morte de uma jovem



Fonte: A tarde, dia 08/03/2013, p. 11.

Figura 3: Nota do jornal “Daqui” sobre a morte de um homem.



Fonte: Daqui, dia 02/03/2013, p. 7.

Como a figura 2 revela uma das seções em que trouxe publicadas notícias sobre homicídio era chamada de ‘Curtas’ e surpreendentemente as notícias trágicas sobre o fim da vida de jovens foram nelas publicadas. Dentre todas as seções, as que mais noticiaram sobre homicídio foram: ‘Polícia’ (36) ‘Geral’ (34) e ‘Curtas’ (8). Logo, publicação de notícias sobre vítimas de homicídios em sessões como as citadas, reduz, naturaliza, banaliza, criminaliza e reforça a representação e a produção dos sentidos negativos e estigmatizantes desses jovens vitimados.

Investigou-se a quem era dada voz nas matérias. O suspeito/acusado/agressor ganhou espaço para falar em 6 matérias; representante da justiça, em 3, e de Conselhos (tutelares, de diretos e outros) também em 3 notícias; familiar do suspeito/acusado, em 1 notícia, assim como amigo(s) da vítima (1). Quanto a pessoas/ instituições citadas na matéria, também há uma predominância da polícia. Do total de casos (111), 108 tiveram as polícias - Polícia Civil (63), Polícia Militar (45), citadas; o suspeito/acusado/agressor foi citado em 39 matérias, instituições de saúde (18); representantes da justiça(14); irmão/irmã da vítima (14); mãe da vítima (12); esposa/marido (11). Há, portanto mais falas dos suspeitos e familiares desses (7), do que de pessoas ligadas a vítima (1) ou de instituições de garantias de direitos (6).

Outro achado importante, que ajuda a explicar por que a maioria das notícias está nas seções policiais, é o fato da principal fonte de informação ser a Polícia. Das 95 matérias, 38 obtiveram as informações junto a Polícia Civil; em 35 junto a Polícia Militar. Em 21 matérias não foi relatada a fonte de informação do jornal.

O que ressalta nesses achados é que a principal fonte das matérias jornalísticas sobre a morte violenta de jovens ainda são os boletins de ocorrência policial das delegacias de Polícia

Civil. Isso, muitas vezes, induz a erros de informação e mesmo a pré-julgamentos, pois é rotina que os suspeitos sejam considerados culpados pela polícia, antes do processo judicial.

Esses dados são mais expressivos (97,3%) do que o levantamento feito por Ramos e Paiva (2007), que apontam que, das notícias publicadas diariamente sobre juventude e violência nos jornais brasileiros, mais de 50% apresenta como fonte uma pessoa ou instituição ligada a um batalhão da PM ou a uma delegacia da Polícia Civil, demonstrando, como contraponto, a ausência de outros importantes atores, raramente citados para dar sua versão dos fatos.

Sobre a voz ativa nas matérias, que aqui consideramos reprodução integral ou parcial das falas nas matérias; em 83 não contiveram esse tipo de construção no texto. Dentre as 12 matérias restantes, 10 davam a voz direta aos policiais - Polícia Civil (6), Polícia Militar (3), Polícia sem especificação (1)³; os familiares tinham a participação com voz direta de em 12 notícias - mãe (3), pai (1), tio/tia (1), esposo/marido (1), irmão/irmã (6).

O número mínimo de familiares e pessoas ligadas aos jovens ouvidas e referidas nas matérias parece indicar que estas vítimas não possuem raízes, nem relações primárias. Do mesmo modo não há pessoas que possam chorar aquela a sua perda precoce, e que, com ela, tornaram-se vítimas indiretas do homicídio.

Constata-se, portanto, que nas notícias dos jornais, a representação da morte violenta de jovens é construída a partir da visão policial. Por meio dessas, o público leitor confirma uma imagem desses jovens, vítimas de homicídio, ancorada no estereótipo do sujeito criminal e jovem perigoso.

A incriminação do jovem e a não contextualização da área/território vulnerável onde estas mortes costumam ocorrer, ajudam a justificá-las perante a opinião pública.

4.2 Perfis das Vítimas

A maior parcela (44,2%) dos jovens mortos noticiados tinha entre 20 e 24 anos; como mostra a tabela 5. A distribuição é aparentemente semelhante nas cidades de baixas e altas taxas quanto a idades dos seus jovens vitimados. O que mais impressiona é que 10 jovens tinham apenas 15 anos de idade: Sabará (1), Guarulhos (3), Lauro de Freitas (2), Várzea Grande (1),

³ A matéria que trouxe a polícia como fonte de informação, mas sem especificar qual o tipo de polícia (civil ou militar), foi segregada das demais 83 matérias que não continham a informação sobre quais atores tinham voz direta, por entendermos que tínhamos informações suficiente para não colocarmos junto a categoria “sem informação”, mas também era suficiente para colocar junto a algum tipo de polícia, já que não foi especificada qual polícia era.

Toledo (1), Trindade (1), Marabá (1).

Tabela 5: Distribuição do número e percentual de jovens vítimas de homicídios, segundo sexo e faixa etária nas notícias dos jornais impressos pesquisados, em março de 2013.

Faixa Etária	N		%
	Masculino	Feminino	
15 a 19 anos	30	6	32,4%
20 a 24 anos	33	16	44,2%
25 a 29 anos	24	2	23,4%

Fonte: Autora

Os estudos de mídia consultados nesta pesquisa, não apresentam um detalhamento sobre a idade das vítimas. Porém, de acordo com outros trabalhos sobre violência (Souza, 2005; Waiselfisz, 2014) é possível perceber que os jovens estão morrendo cada vez mais cedo e há um coeficiente ainda mais alarmante se ele for do sexo masculino. Os achados na presente dissertação concordam com a literatura já que se observou que maioria dos jovens era do sexo masculino (87; 78,4%). Segundo Souza (2005), dos 15 aos 19 anos, os homens morrem por homicídio 6.3 vezes mais que as mulheres; dos 20 aos 24 anos suas taxas são 10.1 vezes maior que a das mulheres, mostrando que as taxas de homicídio de jovens têm aumentado historicamente.

Segundo o Mapa da Violência de Waiselfisz (2014), a taxa de homicídio de jovens no Brasil, na faixa etária de 15 a 29 anos, passou de 11,7 por 100 mil jovens, em 1980, para 29,0, em 2012, o que representa um aumento de 148,5% na estatística da vitimização juvenil por homicídio.

Szwarcwald, Castilho (1998) apresentam estudo que constata o maior crescimento das mortes por armas de fogo entre adolescentes de 15 aos 19 anos e adultos jovens de 20 aos 24 anos, do sexo masculino. Mostram ainda uma nítida interiorização dessas mortes, com os homicídios se intensificando em cidades do interior.

Em relação ao local de residência das vítimas, 72 matérias não trouxeram qualquer informação sobre o assunto; em 10 delas foi possível identificar que a vítima residia na cidade pesquisada, oito vítimas residiam no entorno da cidade estudada.

Entre os casos noticiados, a escolaridade e profissão das vítimas, quase não foram mencionadas, a não ser seis casos de escolaridade superior. Há uma escassez de pesquisas brasileiras que têm como objetivo a investigação específica da relação entre nível de

escolaridade e homicídio. Todavia, as publicações da área econômica e da saúde pública ao tratar os homicídios apresentam resultados sucintos sobre essa relação, embora geralmente significativos. A pesquisa do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre nível de instrução formal e probabilidade de ser vítima de homicídio, mostra que a diferença entre as taxas de homicídio de um indivíduo com 1 a 3 anos de estudo e outro com formação universitária é de 164 mortes por 100 mil habitantes (SOARES, 2007).

Está dado que o nível de escolaridade funciona como escudo de proteção contra o homicídio e que, nas notícias dos jornais ao mencionar somente seis níveis de escolaridade, e sendo todas elas de grau superior, somente essas causaram estranhamento ao jornal. As notícias poderiam ter informado o nível de escolaridade das vítimas e discutido, a luz das políticas públicas e sociais, a influência da educação como fator de proteção contra o homicídio. No entanto, os textos jornalísticos limitaram-se a descrever o evento do homicídio.

Em nenhuma das notícias houve menção quanto à cor de pele, embora estudos apontem maior vitimização de negros ou pardos (Souza, Menandro, 2002; Njaine, 2004; Njaine, Minayo, 2004). Essa ausência de informação da raça/cor reforça os argumentos de Lima, Oliveira e Santos (1998), que apontam que no Brasil é significativa a dificuldade da identificação de raça/cor nos meios de comunicação, especialmente nos jornais escritos. Contudo, segundo os autores, mesmo não sendo identificados nas notícias, os negros e seus descendentes são três vezes mais assassinados pela polícia do que os brancos. Waiselfisz (2014) também confirma que a principal vítima da violência é o jovem negro, morador das periferias urbanas.

Como já enfatizado anteriormente, os jovens vítimas de homicídio apresentam sexo, cor, situação social e, até mesmo, localização totalmente conhecidos, apesar destas características, com exceção do sexo, não terem sido descritas nas notícias que trouxeram a morte desses jovens. Peres e colaboradores (2006) trazem a constatação:

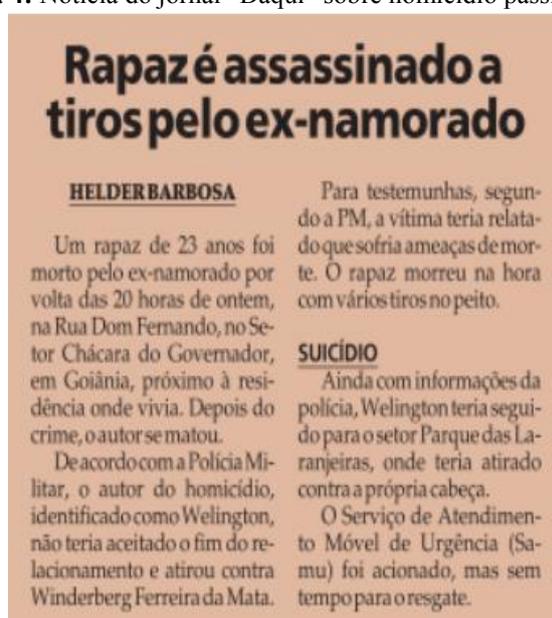
Ao contrário do que se poderia pensar, não há vítimas aleatórias ou ocasionais. Embora, no estágio da evolução do crime e da violência, no Brasil, as vítimas possam ser encontradas em todos os grupos sociais, é em determinados grupos que as taxas são proporcionalmente mais elevadas e acentuadas. Trata-se de grupos mais vulneráveis, mais expostos à violência, inclusive não-fatal, e mais associados aos comportamentos de risco. Compreendem adolescentes e jovens adultos na faixa de 15 a 29 anos, do sexo masculino, proporcionalmente mais representados entre negros e aqueles habitantes dos bairros que compõem a chamada periferia das regiões metropolitanas (p.33).

O vínculo da vítima com o agressor foi informado em 34,2% das matérias. Entre aquelas em que havia essa informação, a maioria (19) era cônjuge ou ex-cônjuge, reafirmando a existência de uma violência de gênero, que se alimenta de uma cultura patriarcal e machista ainda extremamente arraigada aos valores e hábitos de nosso país. O suposto direito do homem

de dominar a mulher é, segundo Chollet (2005) um fenômeno universal. O mais recente relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) revela que quase metade de todas as mulheres brasileiras vítimas de homicídio em 2012 foi morta por parceiros ou membros da família. Desta forma, a pesquisa deixa evidente o grande número de mulheres vítimas de assassinatos cometidos por pessoas de quem se esperava zelar por elas.

A questão da orientação sexual não foi abordada em qualquer matéria, no entanto, pela forma que a notícia foi apresentada, em uma delas foi possível identificar que a vítima era homossexual (figura 4).

Figura 4: Notícia do jornal “Daqui” sobre homicídio passional



Fonte: jornal Daqui, dia 15/03/2013, p. 8.

Segundo a Resolução 40/34 da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1985, vítima é a pessoa que, individual ou coletivamente, tenha sofrido danos, inclusive lesões físicas ou mentais, sofrimento emocional, perda financeira ou diminuição substancial de seus direitos fundamentais.

Diante de tal conceito, entende-se que vítima seria toda pessoa que sofre qualquer tipo de dano. No entanto, segundo Schillagi (2009 apud Ruotti et al. 2014), o estatuto de “vítima” aparece como uma qualidade seletiva que não é atribuída a todos aqueles que são agredidos, mas como algo passível de discussões e interpretações culturais que buscam um consenso quanto à sua aplicabilidade ou não a determinado indivíduo. A partir desse processo de seleção e diferenciação, constituem-se no discurso público dois tipos de vítimas: as “inocentes” e as “duvidosas”. Essas qualidades estão relacionadas à visibilidade e à aceitação social daqueles

que sofrem a agressão, sendo fundamental para a atribuição do estatuto de vítima o pertencimento ou não a uma comunidade moral que é identificada pelo bom proceder daqueles que a constituem (RUOTTI et al., 2014).

Como a vítima é caracterizada, evidencia como o jovem que teve sua vida ceifada é representado para/pela sociedade. Os jornais aqui estudados, para “facilitar” a seleção da sociedade quanto a jovens vítimas e jovens de atitude duvidosa, trouxe que 24,3% dos jovens tinham passagem pela polícia, o que era usado nas matérias de forma implícita ou explícita, como justificativa para o homicídio. Conforme as matérias, a motivação para o homicídio estava associada à relação dos jovens com o uso e tráfico de drogas, atitudes suspeitas, crime passional e motivos desconhecidos, sem sequer expor o contexto social dos mesmos. É de fundamental importância ratificar que na maior parte dos casos noticiados, as fontes de informação obtidas advinham da polícia. É possível compreender o porquê da afirmação quanto à motivação, visto que dentre as 12 matérias que traziam relatos/depoimentos, 10 foram de policiais.

As representações sociais do jovem perigoso e violento passam a fazer parte do imaginário da sociedade, sendo amplamente difundidas pelas várias instituições e pelos jornais. Moscovici (2012) reforça o quanto as representações sociais podem influenciar e motivar os comportamentos de um sujeito e de uma coletividade. Uma vez criadas socialmente e pelos indivíduos, elas adquirem uma vida própria. Ao mesmo tempo em que se movem, as representações sociais podem construir obstáculos e fronteiras imaginárias, que são, muitas vezes, mais resistentes que as fortalezas físicas. As consequências, em alguns casos, são as construções de estigmas e estereótipos que não condizem com a realidade, como no caso da estereotipia do jovem pobre, perigoso, violento e criminoso.

4.3 Perfis dos Agressores

Em 53,6%, dos 111 homicídios noticiados, foi informado haver suspeito/acusado ou agressor. Isso mostra que em quase metade das matérias, não havia sequer idéia de quem havia cometido o crime, até o momento da publicação do jornal. No entanto, quando havia informação sobre o suspeito, ele apareceu como uma única pessoa em 28 casos (25,2%), ou como dois suspeitos em 22 casos (19,8%).

Tal achado destoa do que é apresentado em parte da obra de Ramos e Paiva (2007), que, ao reproduzir a fala de um repórter, coloca os jornais como investigadores que vão além da polícia

para desvendar crimes:

Como a polícia não funciona e só investiga o que realmente tem repercussão, a imprensa acaba funcionando como polícia às vezes. Há muitos casos em que se a imprensa não investigar a polícia, por incompetência ou por desleixo, acaba não investigando (p. 22).

Como discutido na obra de Ramos e Paiva (2007), a maioria dos jornalistas afirma que não procura criminosos como fonte. Uma frase costuma ser repetida: “Não vamos dar voz ao bandido”. Mas isso não foi o observado nessa pesquisa. Em sete notícias, o acusado/agressor foi fonte de informação para compor a notícia, tendo voz direta em seis delas.

Quando informado sobre o suspeito, 17% destes tinham 20 anos de idade, o que demonstra que também são jovens os perpetradores da violência. Tal constatação, corrobora o achado de pesquisa de Toletto et al. (2013), que realizou levantamento na mídia escrita de uma cidade do interior de Minas Gerais e na qual averiguou que são os jovens as vítimas e, principalmente, os autores das violências.

Como identificado por Njaine e Minayo (2002), a imprensa tende a reagir, as transgressões dos jovens qualificando-os como “pequenos predadores”, “pivetes”, “futuros bandidos”. No entanto, a realidade dos jovens agressores, apresenta muitas vezes um quadro de maus tratos, negligência, exploração sexual, vivência de rua, uso de drogas, baixa escolaridade, fragilidade nos vínculos familiares, em ambientes de pobreza e muitas vulnerabilidades.

Houve um crescimento de jovens infratores no Brasil. Analisando apenas dois anos, pode-se perceber que em 2011, foram 22.077 jovens em privação de liberdade, e em 2015, foram 25.192 jovens⁴. Esse crescimento não é uma situação específica do Brasil. Em diversos países do mundo, com diferentes níveis de desigualdade econômica e social, é possível verificar igual preocupação com o envolvimento dos jovens com infrações. As causas apontadas sugerem uma reflexão ampla acerca do tema: são econômicas, culturais, políticas e psicológicas. Revelam a frágil condição da infância e da juventude no cenário mundial (ASSIS, CONSTATINO, 2005).

Como já apresentado, o sexo masculino é o mais vitimado, mas é também o que mais agride (83,7%). Portanto, os homens estão sentenciados com pena de morte, sem direito de defesa, nem tribunal, nem julgamento político, nem sentença legítima, através dos homicídios que protagonizam. Ora, apreender a complexidade de tal fenômeno, só é possível quando se compreende as distintas dimensões da realidade e as relações que nela se travam. Essa busca de

⁴ Fonte: Nota técnica, nº20, IPEA, 2015.

compreensão foi feita na pesquisa de Silva (2014), ao usar o modelo ecológico, onde foram avaliados fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais, envolvidos na vida de jovens que foram vítimas de homicídio, mas que também foram homicidas.

A raça/cor dos agressores não foi informada em qualquer matéria e as profissões foram pouco informadas. No entanto, nas doze matérias em que havia tal informação, chama atenção que quatro homicídios tenham sido perpetrados por ex-policiais, e três por policiais. Além desses foi identificado uma morte provocada por um vigia e outra por um pedreiro.

O auto de resistência, homicídios cometidos por policiais, tem quantidade que expressiva nas notícias analisadas, uma vez que se analisa somente um mês de publicações, e que policiais têm a função de proteger, e não de matar.

O estudo de Cardoso (2016) mostra que no estado do Rio de Janeiro, em 2013, 341 mortes foram provocadas por policiais, mas que em 2007 este número chegou a 1330 mortes. No estudo “Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro” (1997), Cano demonstrou, a partir da análise de dados do Instituto Médico Legal, que os corpos de vítimas de ação policial apresentavam, em aproximadamente 50% dos casos, quatro ou mais perfurações à bala, com tiros dados pelas costas ou na cabeça, indicando a intenção de abater e não de estagnar.

Na pesquisa “Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia”, Lemgruber (2004) comenta que as autoridades constantemente mencionam o número de policiais mortos nos últimos anos para justificar uma guerra com baixas dos dois lados, porém, dados deste mesmo estudo, mostram que a citada ‘guerra’ gera resultados desiguais. Supõe-se que uma polícia que mata muito deveria morrer muito também, porém os números de homicídios por auto de resistência são bem maiores do que o número de policiais mortos em serviço (CARDOSO, 2016).

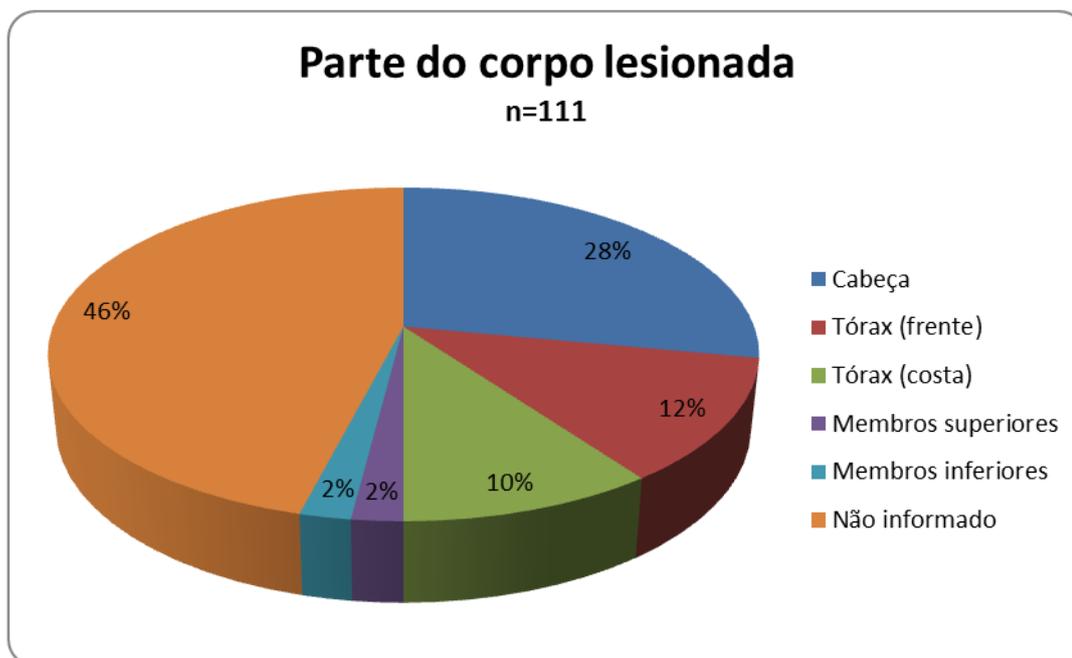
4.4 Características dos Homicídios

A análise dos meios utilizados para a execução do homicídio consta grande frequência de mortes por armas de fogo (71,1%), seguidos de arma branca (14,4%). Afogamento, enforcamento, estrangulamento, paulada e atropelamento também fizeram parte dos meios utilizados para perpetrá-los. Em alguns dos casos noticiados, as lesões eram em mais de uma parte do corpo, e algumas matérias destacaram o número de perfurações por arma de fogo. Os homicídios com lesões na cabeça (35,5%) evidenciam a intenção de execução (gráfico 1).

Essas informações quanto as lesões são úteis em algumas regiões brasileira para fazer-se cumprir a resolução do Conselho Federal de Medicina (nº 1.601/00) que determina que,

quando a causa da morte for uma lesão decorrente de causa externa, a circunstância relacionada ao evento mórbido deve ser mencionada e selecionada como causa básica da morte. Já é realidade que, em algumas localidades, as notícias publicadas em jornais de grande circulação servem como fontes complementares de informação sobre a circunstância da morte para o Instituto Médico Legal (IML) e conseqüentemente para o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) (Villela et al, 2012). Daí a importância da especificação de tal situação, que inevitavelmente, serve também para aguçar o prazer da curiosidade das circunstâncias da morte para os leitores

Gráfico 1: Distribuição percentual dos homicídios de jovens noticiados nos jornais de março de 2013, segundo informações quanto a parte do corpo lesionada.



Fonte: Autora

O período do dia em que ocorreu a maioria dos homicídios foi a noite, seguido da madrugada, como mostra o gráfico 2. Entende-se aqui como noite, o período compreendido entre 18:00h e 00:00h; madrugada entre 00:01h e 06:00h; manhã entre 06:01h e 12:00h e tarde como período entre 12:01 e 17:59h. Também é importante relatar que em 37 (33%) das matérias não constava esta informação.

Os períodos da noite e da madrugada são aqueles em que se espera mais homicídios, por terem menor vigilância por parte dos aparelhos policiais, menor presença de testemunhas e maior dificuldade para identificação e prisão dos agressores.

Corroborando com esta pesquisa, Kahn (2009) ao analisar os dados dos boletins de

ocorrência de homicídio no município de São Paulo, constatou que 41,1% dos eventos registrados ocorreram entre 19h e 1h. Essa concentração de homicídios nesses horários justifica a elaboração de leis de restrição do horário de funcionamento de bares, uma vez que se busca alterar as atividades de rotina relacionadas ao consumo do álcool, diminuindo os fatores de risco e possibilidades de vitimização.

Outro estudo que também reforça os achados nessa pesquisa é o de Secretti, Jacobi, Zanini (2009), o qual utilizou dados dos homicídios ocorridos no município de Santa Maria, registrados pela Polícia Civil, de 1995 a 2006. Nele, identificou-se que o maior percentual de homicídios ocorreu a partir das 18h até 00h (40,74%), seguido da madrugada (27,04%).

Gráfico 2: Distribuição percentual dos homicídios de jovens, noticiados nos jornais, segundo o período do dia em que ocorreu.



Fonte: Autora

As mortes de jovens relatadas nas notícias deste estudo estão inseridas em múltiplos contextos e foram desencadeadas por diferentes razões: questões passionais, (21), assaltos seguidos de mortes, também denominado latrocínio (14), envolvimento com o tráfico de drogas ou por ser usuário de drogas (21), em confronto com a polícia (1) por abordagem policial por atitude suspeita (02), briga de torcidas (3), vingança (1), estupro (1), discussão (4), uso de álcool (3). Esse dado reforça pensamento de Cano e Ribeiro (2007) que afirmam que o fenômeno do

homicídio no Brasil não é unívoco, mas fruto de conflitos diversos. Em 40 matérias não foi relatada a possível motivação do crime.

A literatura tem apontado que as mulheres são as vítimas preferenciais dos crimes passionais (Martins Borges, 2011), por isso, no presente estudo, foi investigado se havia diferença na distribuição do crime passional entre os sexos. Os resultados apresentados na tabela 6 mostram que o teste qui-quadrado foi significativo ($\chi^2=51,483$). Ou seja, existe uma maior probabilidade das mulheres sofrerem homicídios motivados por ciúmes do que homens (p-valor=0,000).

Tabela 6: Distribuição de número absoluto e percentual dos homicídios passionais de jovens, noticiados nos jornais, segundo sexo o vítimas.

		Sexo		Total	
		Feminino	Masculino		
Crime Passional	Sim	N	18	6	24
		%	75,0	25,0	100,0
	Não	N	6	81	87
		%	6,9	93,1	100,0
Total	N	24	87	111	
	%	21,6	78,4	100,0	

Silva Filho (2008) afirma que com a intensificação do uso de bancos de dados e de metodologias de mapeamento e análise criminal, ampliou-se o entendimento de que o crime envolve não só o criminoso e sua vítima, mas também a relevância do local onde esse encontro ocorre. Os homicídios, ainda segundo Silva Filho (2008), têm vinculação direta com as características físicas e sociais dos locais onde acontecem como as rotinas de pessoas ou do comércio, com a presença de objetos de interesse para os criminosos, além de fatores que influenciam o comportamento dos infratores, como bares irregulares, casas de lazer noturno, terrenos baldios, entre outros. Particularidades dos locais, portanto, também fazem parte da compreensão dos homicídios, pois oferecem benefícios, alvos preferenciais e condições de risco confortáveis para as ações ilegais.

Os locais onde mais ocorreram homicídios ou onde os corpos foram encontrados foram os espaços públicos como praças e ruas, que somam 50 casos (52,6% das 111 matérias). Em seguida estão as residências das vítimas que foram informadas em 16 casos (16,8%). Observou-se a existência de diferença entre homicídio em espaço público e sexo, sendo uma maior a probabilidade dos homens sofrerem homicídios em espaço público, comparados as mulheres ($\chi^2 13,102$; p-valor=0,000).

Tabela 7: Distribuição em número absoluto e percentual dos homicídios de jovens noticiados nos jornais, segundo espaço público e sexo das vítimas.

			Sexo		Total
			Feminino	Masculino	
Espaço Público	Sim	N	3	47	50
		%	6,0	94,0	100,0
	Não	N	21	40	61
		%	34,4	65,6	100,0
Total	N	24	87	111	
	%	21,6	78,4	100,0	

Foram realizadas outras análises para avaliar possível associação entre outras variáveis, como sexo e assalto. A hipótese de que os homens estão mais envolvidos em homicídios motivados após assalto resultou inconclusiva ($\chi^2=4,062$). Ou seja, pode-se afirmar que há uma maior probabilidade de um dos sexos sofrer homicídio motivado por assalto.

Também a relação entre o sexo e a motivação do homicídio, ser o envolvimento com o tráfico, se mostrou inconclusiva ($\chi^2=3,368$). Ou seja, não se pode afirmar que há uma maior probabilidade de um dos sexos sofrer homicídio motivado por ligação com o tráfico de drogas.

Ao analisar os homicídios ocorridos em outras cidades, identificou-se que Goiânia, Salvador e Cuiabá são as cidades que mais tiveram mortes de jovens noticiadas nos jornais de Trindade, Lauro de Freitas e Várzea Grande, respectivamente. Este dado pode estar relacionado ao fato de tais jornais têm redações e editoriais nestas capitais, o que teoricamente os levariam a priorizar situações nelas ocorridas. Na tabela 8 é possível conhecer todas as cidades brasileiras onde ocorreram os homicídios divulgados nos noticiários.

Tabela 8. Homicídios de jovens que ocorrem na região e foram noticiados nos jornais das cidades estudadas

Região	Município	N
Norte	Belém	1
	Jacundá	1
	Parauapebas	6
	Uruará	1
Nordeste	Arcoverde	1
	Camaçari	4
	Ouricuri	1
	Salvador	9
	Simões Filho	2

	Anápolis	2
	Aparecida de Goiânia	9
	Colider	2
Centro-Oeste	Cuiabá	8
	Goiânia	19
	Lucas do Rio Verde	2
	Rondonópolis	2
	Senador Canedo	2
Sudeste	Contagem	3

Fonte: Correio de Tocantins, A Gazeta., Gazzeta, A Tarde, Daqui, Folha de Sabará, Folha Metropolitana, Jornal de Santarém.

4.5 Políticas Públicas

O homicídio de jovens deixa marcas profundas no país e nas famílias (Costa, 2015; Soares, Miranda Borges, 2006). Espera-se que, diante de um tema complexo como o homicídio, que afeta diversas esferas da sociedade, as matérias jornalísticas façam referências a leis e políticas de proteção e defesa da vida, e de prevenção das violências existentes no país. Porém, em somente duas matérias foi citada uma lei (Estatuto da Criança e do Adolescente) e um programa governamental (Programa Nacional de Inclusão de Jovens- Projovem), como apresenta a tabela 9 e a figura 5:

Tabela 9. Políticas Públicas/Leis citadas nas matérias jornalísticas analisadas

Políticas/Leis	N
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	01
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)	01
Total de notícias	02

Fonte: A Gazeta e Correio de Tocantins.

Figura 5: Notícia do jornal A Gazeta sobre a morte de jovem de 19 anos e condenação de seus agressores.



Fonte: A Gazeta, dia 27/03/2013, p. 3B.

Historicamente é notável que políticas voltadas para crianças e adolescentes no Brasil são escassas e ineficientes. O caminho para se chegar a conquistas como a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi longo e árduo. No entanto, apesar de tal conquista, os problemas não acabaram, pois tal estatuto, além de muitas vezes não ser respeitado, também não soluciona todos os problemas de nossos jovens (SILVA, 2008).

O ECA é voltado para crianças, doze anos de idade incompletos, e adolescentes, doze e dezoito anos de idade. Já o Programa Nacional de Inclusão de jovens (ProJovem) é voltado para o segmento juvenil com idade entre 18 e 29 anos, que saiba ler e escrever e que não tenha concluído o ensino fundamental, visando a conclusão desta etapa, por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional, e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso (BRASIL, 2005).

Ambas abordam jovens das faixas etárias aqui estudadas. No entanto, embora sejam ferramentas que instrumentalizam a sociedade para que busque superar entraves do passado do nosso país, como a ausência de leis específicas para a garantia de direitos de crianças e

adolescentes; não há grande reconhecimento da mídia sobre tais políticas. Pelo menos não as relacionam à problemática do homicídio de jovens.

Njaine e Minayo (2002) teorizam que, no caso da imprensa, há duas tendências mais evidentes em relação à vitimização/infração juvenil no ECA. Uma afirma a incapacidade do Estatuto para resolver o problema da criminalidade. A segunda busca ressaltar a complexa realidade da infância e da juventude brasileiras, principalmente os problemas dos segmentos empobrecidos e miseráveis.

A quase inexistente abordagem de políticas públicas nas matérias aqui estudadas, demonstra a pouca e pobre incorporação pelos jornalistas, da nova visão de cidadania proposta pelo ECA, associando à noção deturpada do senso comum de que esse instrumento só garante os direitos e não os deveres dos jovens.

Os achados desta dissertação permitem evidenciar a prática de um jornalismo com baixa inflexão investigativa. Ramos e Paiva (2007) criticam a mídia apontando que muito tempo é gasto com investigação de notícias de crimes já ocorridos ou de ações policiais já executadas, e de forma inversamente proporcional, há pouca disposição e uso da potencial capacidade que têm para pautar um debate público consistente sobre o setor de segurança pública. Corroborando com o achado desta pesquisa, as autoras ainda prosseguem com a crítica:

Enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes. (RAMOS, PAIVA, 2007, p.26)

Os dados sobre a situação atual da juventude pobre brasileira revelam a vulnerabilidade de nossos jovens e a importância de se fazer algo para resgatar sua cidadania. E os jornais, com sua força social, deveriam ao menos discutir tal problemática ao noticiar a morte precoce de um jovem.

No resultado da análise verificou-se que 100% dos periódicos noticiaram a ocorrência dos homicídios de modo objetivo e descritivo sem aprofundamento do impacto dessas mortes do ponto de vista da saúde pública e da tragédia humana social por elas expressa. Cabe aqui indagar o que justifica a banalização com que se noticia crimes desta natureza? A objetividade das notícias, exclusivamente descritivas, não contribui para uma melhora na compreensão da problemática envolvida nos casos noticiados. As notícias se limitam a descrever o homicídio, o local em que ocorreu e a forma com que foi consumado, sem avançar na reflexão e sem contribuir para um debate que poderia ajudar a prevenir e reduzir estas mortes.

Semelhante achado foi encontrado na pesquisa do livro “Mídia e Violência” realizada

com jornais de alguns estados brasileiros. Nela, constatou-se que a grande maioria das matérias apenas relata o factual (77,7% no caso do Rio e 63,8% na pesquisa Brasil). Isso significa que matérias com abordagem contextual, ou seja, que oferecem análise são a minoria (RAMOS, PAIVA, 2007).

Os jornais abordam os homicídios como situações isoladas, noticiando-os como uma espécie de painel da violência cotidiana. Há falta de aprofundamento, de qualificação da informação, de respeito à ética jornalística e também gerando constrangimentos para os que são estampados nas suas páginas.

4.6 Marcas Discursivas

A forma como os jornais constrói a notícia não chega nem a sensibilizar e nem a problematizar quais são as repercussões das mortes dos jovens. Sem diferenciação no discurso dos jornais das cidades com baixas taxas ou com altas taxas de homicídio de jovens.

Neste texto, como no de diversos autores, a notícia é considerada como um relato altamente selecionado da realidade. Depois de delimitada, são escolhidos os aspectos que serão realçados na construção do seu texto e nas chamadas. No presente estudo observou-se que o uso de recursos para destacar a matéria foi adotado em 45 notícias (47,4%) que utilizaram destaque de trecho para evidenciar os casos; a reconstituição dos fatos foi usada como recurso em apenas três notícias, e duas matérias citaram estatísticas criminais ou da saúde. Em nenhuma das matérias foi registrado qualquer comentário de especialista em violência. Estes dados reafirmam o quanto as notícias são pouco aprofundadas.

Preferencialmente, as matérias usaram fotos do local do homicídio e da vítima. Das 95 notícias analisadas, 59 (62,1%) não faziam uso de fotos/imagem. Entre as 36 notícias que continham alguma imagem, 23 (63,9%) eram do local do homicídio, 17 (47,2%) traziam fotos da vítima, 15 (41,7%) mostraram fotos da polícia, 14 (38,9%) fotos do autor/suspeito, em nove (25%) havia fotos de pessoas anônimas no local do homicídio, em quatro (11,1%) eram vistas fotos de familiar (es) da vítima e em uma matéria (2,8%) havia fotos da arma de fogo. Em algumas matérias uma única foto continha mais de um desses sujeitos ou elementos.

Em algumas fotos houve uma exposição exagerada da vítima, demonstrando completa falta de empatia e respeito para com os familiares diante da perda de um ente. Imagens fortes mostrando os corpos das vítimas com faturas expostas, degolação, membros decapitados e dilacerados foram publicadas sem nenhum pudor. Também expressam a dor e o sofrimento de uma mãe diante do corpo ensanguentado do filho (figuras 6 e 8).

Figura 6: Notícia do jornal Correio de Tocantins sobre a morte de jovem de 15 anos, por arma branca.

TOCANTINS
JORNAL DE NOTÍCIAS

polícia

MARABÁ - PARÁ, 9 A 11 DE MARÇO DE 2013 • EDIÇÃO 2492

Morto com sete facadas

Ataque foi à traição. Rapaz não teve tempo de se defender de seu algoz

LUCIANA MARSHALL

Com sete perfurações nas costas, o corpo do adolescente Michael Rocha dos Santos, 16 anos, foi encontrado na manhã de ontem, sexta-feira (8), em um terreno baldio na Rua Rui Barbosa, Bairro da Paz, em Parauapebas. Segundo o boletim de ocorrência registrado na delegacia, pela mãe da vítima, Elisandra Nascimento Rocha, o menino pode ter sido vítima de outros dois adolescentes, provavelmente armados de um facão.

Ela relatou que uma vizinha chamou-a dizendo que havia um corpo e que era parecido com o de seu filho. A mulher foi até o endereço e reconheceu Michael, caído, ensanguentado, ao lado do muro. Ela informou ainda que soube, no local do crime, que o filho havia sido risto entrando no matagal em companhia de dois menores conhecidos na região.

Moradores do bairro insinuaram ainda que, mais tarde, os dois adolescentes saíram, mas Michael não estava mais com eles. Ainda de acordo com a mãe, antes de morrer, a vítima havia contado para ela que era ameaçada de morte por um pedreiro que trabalha na construção ao lado do terreno onde o corpo foi encontrado e também pelos dois adolescentes que foram vistos em sua companhia.

A Polícia Civil informou à reportagem que tanto o adolescente quanto a mãe dele são usuários de drogas e que o menor estava vendendo drogas junto com os dois adolescentes suspeitos. A droga era adquirida de um homem identificado apenas como Thiago. A mãe informou também na delegacia que os dois principais suspeitos são bastante violentos e já chegaram, inclusive, a abusar sexualmente de uma criança. (Com informações de Ronaldo Modesto)



Desolada, a mãe, Elisandra, segura corpo do filho Michael, já sem vida, no colo. Há indícios de que o menino tenha sido vítima de dois adolescentes armados com facão

Fonte: Correio de Tocantins, dias 09 a 11/03/2013, p.1.

Figura 7: Trecho em destaque da matéria “Morto com sete facadas”

Desolada, a mãe, Elisandra, segura corpo do filho Michael, já sem vida, no colo. Há indícios de que o menino tenha sido vítima de dois ado-

com eles. Ainda de acordo com a mãe, antes de morrer, a vítima havia contado para ela que era ameaçada de morte por um pedreiro que trabalha na cons-

trução ao lado do terreno onde o corpo foi encontrado e também pelos dois adolescentes que foram vistos em sua companhia.

A Polícia Civil informou

à reportagem que tanto o adolescente quanto a mãe dele são usuários de drogas e que o menor estava vendendo drogas junto com os dois adolescentes

suspeitos. A droga era adquirida de um homem identificado apenas como Thiago. A mãe informou também na delegacia que os dois principais sus-

Fonte: Correio de Tocantins, dias 09 a 11/03/2013, p. 1.

Figura 8: Notícia do jornal Correio de Tocantins sobre homicídio de um jovem por arma de fogo.



Fonte: Correio de Tocantins, dias 23 a 25/03/2013, p. 2.

As figuras apresentadas trazem matérias que abordam o jovem com um cunho negativo, seja atuando como criminoso ou sendo vítima, como é possível ler em texto ampliado e destacado da figura 7. A fotografia coloca mãe e filho como vítimas da violência, porém o texto os retira desta posição, colocando nas entrelinhas que o desfecho do jovem e a dor da mãe são justificáveis e que estes não seriam “tão vítimas assim” pelo fato de serem usuários de drogas. Ainda nesta matéria, não é atendido o que é preconizado no Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), de se resguardar informações e imagens do adolescente a fim de não identificá-lo, o que muitas vezes significa não utilizar o jovem como fonte de notícia.

Segundo Zaluar (2004), o jovem usuário de drogas, já excluído socialmente, costuma se afastar da família, da escola, do emprego e acaba mergulhando na miséria ou na criminalidade para sustentar o vício. Nesse contexto, fica vulnerável à violência tanto como vítima quanto como agressor. Na concepção da autora, a relação do jovem com o tráfico de drogas precisa ser considerada ao analisar a questão da violência, pois atravessa todas as classes sociais. Faz parte da dinâmica do tráfico o estímulo à competitividade desenfreada, levada às últimas consequências. Sem a presença de mediadores institucionais para tais conflitos vê-se multiplicar aos milhares histórias que muito se assemelham a do jovem Michael, relatada na figura 6.

A imprensa escrita, sobretudo a que se assemelha a esses jornais, cuja característica é ‘se espremer sai sangue’, utiliza-se da exclusão social para dissecar os corpos, compondo histórias comoventes, destacando de forma corriqueira o lado monstruoso, seja dos autores ou das vítimas da violência.

A representação que o jornal deu a esse jovem, colocando como delinquente, e justificando a sua morte com o fato dele ter envolvimento com o tráfico de drogas, reforça uma imagem negativa perante a sociedade que o representa como jovem pobre envolvido com a violência e a quem se devem temer pela periculosidade. Uma representação como essa admite e considera natural que a morte de um jovem como o Michael seja apenas vista como o final da linha de uma trajetória previsível e esperada.

Figura 9: Matéria da seção Polícia do jornal Correio do Tocantins sobre a morte de jovem do Centro de Internação do Adolescente Masculino



Fonte: jornal Correio do Tocantins, 16 e 18/03/2013.

Na figura 9, e em outras notícias analisadas, a recuperação do jovem infrator se mostrou como impossível, vinculando sua ação criminal como inerente à sua trajetória de vida. Essa visão determinística parece considerar que a transgressão é um atributo inato do sujeito e que não há possibilidades de 'sair do mundo do crime'. Segundo Misse (2010), as representações de "periculosidade", de 'irrecuperabilidade' e de "crueldade" participam de processos de subjetivação que conduzem à justificação da grande quantidade de morte do sujeito criminal, tornando sua tentativa de "sair do mundo do crime" inverossímil, a ponto de exigir praticamente um processo de conversão de tipo religioso (p.19). O jovem também é considerado improdutivo, referindo-se aos aspectos econômicos e educativos de suas trajetórias de vida. Esses sujeitos não seriam capazes de produzir e consumir tanto quanto os demais, dentro do que é esperado

no sistema capitalista.

As consequências da estereotipia do jovem como perigoso e violento, no processo de objetivação relatado por Moscovici (2012), são soluções que buscam punir, prender e segregar ainda mais esses jovens pobres e negros, como a defesa da redução da maioridade penal, o estímulo à segurança privada, o isolamento espacial das cidades, o não questionamento e até aprovação de grupos de extermínio, formados inclusive por policiais e ex-policiais, favorecendo o processo de sujeição criminal, discutido por Misse (2010).

A naturalização da morte dos jovens também é um fator comum nas notícias dos jornais. A notícia intitulada ‘Saiu do CIAM para morrer baleado’ exemplifica essa tendência sendo ele um jovem infrator, o seu destino natural é a morte. Como o rapaz tinha envolvimento com assaltos e estava de madrugada andando pela rua, ele foi baleado, apontando para uma ação de causa e consequência. Não é preciso dar maiores explicações. A morte é consequência do ato infrator. Essa forma de construção da notícia foi adotada por todos os jornais aqui estudados, sem que houvesse a necessidade de dar detalhes ou discutir o caso à luz de alguns elementos críticos que de algum modo a situassem no âmbito da complexibilidade que lhe é inerente.

Em discurso totalmente diferente das notícias de homicídios apresentadas anteriormente, na figura 10, podemos perceber que, ao tratar da morte de jovens famosos americanos, o jornal adota outro ‘tom’. Em trecho da notícia é dada voz ativa ao comissário do condado, onde é possível ler o lamento, dessa autoridade pela morte do jovem.

Figura 10: Notícia do jornal “A Tarde” sobre a morte de jovem participante de reality show

REALITY SHOW

Participantes de seriados são encontrados mortos

REUTERS
Los Angeles e Paris

Participante do reality show "Buckwild", da MTV americana, foi achado morto ontem na Virginia Oriental, depois de ser visto pela última vez na noite anterior em um bar. O corpo de Shain Gandee, de 21 anos, estava em um carro junto com dois outros homens, inclusive seu tio David.

"É um fato muito triste e trágico. Vivemos em uma comunidade muito pequena. Nossos pensamentos e orações estão com a família Gandee", disse Kent Carper, porta-voz do comissário do condado de Kanawha.

Gandee era um dos principais participantes de "Buckwild", programa que acompanha alguns jovens de vida desregrada no interior da Virginia Ocidental. Ele costumava ser visto guiando seu caminhão em circuitos "off-road". Autoridades do condado

Médico se matou no Camboja, cenário "Koh-Lanta", que foi suspenso depois da morte de um competidor

não divulgaram a causa da morte e disseram que o caso está sendo investigado. Segundo nota divulgada pelas autoridades antes da descoberta dos corpos, Shain e David Gandee foram vistos pela última vez em um bar, por volta das 3h de domingo, de onde saíram para andar de caminhão. A MTV divulgou nota dizendo-se "chocada e triste" com a morte de Shain, a quem descreveu como "uma personalidade magnética, com uma paixão pela vida que tocava a todos os que ele conheceu".

Suicídio
Um médico que trabalhava para a versão francesa do reality show televisivo "Survivor" cometeu suicídio ontem, deixando um bilhete em que dizia ter sido criticado injustamente pela morte de um participante, disse a emissora do programa.

Thierry Costa, 38 anos, se matou no Camboja, cenário do show "Koh-Lanta", que foi suspenso na semana passada depois do ataque cardíaco e

Shain Gandee estava em um carro junto com dois outros homens

morte do participante Gerald Babin, disse a emissora TF1.

O bilhete de suicídio de Costa dizia que a mídia tinha feito "acusações e suposições injustas" sobre o modo como tratou Babin. Alguns meios de comunicação fizeram reportagens criticando o tempo gasto até que alguém tratasse Babin, de 25 anos, depois de seu colapso.

"Nos últimos dias, meu nome foi maculado na mídia... Estou seguro de que tratei Gerald de maneira respeitável, como um paciente, não como um participante", escreveu Costa no bilhete, que foi exibido no noticiário da TV.

Costa passou quatro temporadas no reality show mais duradouro da França, no qual candidatos devem sobreviver em uma ilha deserta. Promotores do subúrbio parisiense de Créteil iniciaram uma investigação preliminar sobre a morte de Babin na semana passada.

Fonte: A tarde, dia 02/03/2013, p. B10.

Se a morte de jovens pobres é banalizada, justificada e naturalizada, através da exposição abusiva de suas imagens e de textos que reiteram que estes jovens caminhavam para este fim, ou, o que é pior, que de alguma forma mereciam este fim, no caso do jovem do seriado, o tom é completamente diferente. Na notícia há a imagem do jovem vivo e sorridente, e até as satisfações da polícia à sociedade quanto ao andamento das investigações. Se a vítima pobre tem sua dor ignorada, a morte do jovem americano é importante o suficiente para ter mais espaço e descrição na página de um jornal baiano, que circula em uma cidade com uma taxa de homicídio de jovem de 374,2/100.000 habitantes.

Diferente do esperado, aos principais termos para retratar as vítimas, mostram um número surpreendente (94,5%) de utilização do nome próprio. Contudo, termos como: Bandido, Traficante, Menor, Ex-presidiário, Usuário de drogas, Suspeitos, Desempregado, e apelidos (Anu, Chapolim, Capitão, Cachorrão, Pica-pau), também se fizeram presentes nos noticiários, cristalizando a imagem dos jovens pobres, negros e pardos e moradores das áreas empobrecidas das cidades, como criminosos.

Faz-se necessário destacar que os termos usados para designar os jovens são fundamentados em velhas concepções, apesar do ECA já ter 23 anos.

O significado original do termo ‘menor’ está ligado ao marco etário da legislação jurídica, e essa codificação era exclusivamente voltada para tratar da criminalização juvenil. O primeiro Código de Menores (1927) classificava como menor todo aquele que tinha idade inferior a 18 anos e era delinquente. Nessa legislação não havia preocupação com o jovem, no sentido de compreendê-lo e atendê-lo, mas sim com soluções paliativas. O principal objetivo do legislador era ‘tirar de circulação’ aquilo que atrapalhava a ordem social.

É importante ressaltar que o antigo Código de Menores tratava especificamente dos menores em situação irregular. Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), buscou-se a proteção integral para todos os menores de idade, independentemente de sua condição na sociedade. Como ressalta Saraiva (2010, p.16) “tem-se uma só condição de criança e adolescente enquanto destinatário da norma, titular de direitos e de certas obrigações, estabelecendo uma nova referência paradigmática”.

No jornalismo, o uso do termo menor acaba sendo um “estigma enunciativo”, e esse deslize semântico do discurso jurídico para as notícias dos jornais contribui para a cristalização de uma representação para a sociedade, de uma associação estereotipada da juventude pobre com a criminalidade. Indica que a proteção à juventude, sobretudo daquela desfavorecida, é um

tema sem importância na pauta das questões sociais (NEDER, 2008).

O bandido, segundo Misse (2010), é o sujeito criminal que é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais. Os sujeitos que são referenciados como “bandidos”, no Brasil, são aqueles cuja morte ou desaparecimento pode ser amplamente desejado. Consta-se aqui, o tamanho da responsabilidade do jornal ao usar tal termo para fazer referência a um indivíduo, rotulando, estigmatizando e criando estereótipos que reforçam para a sociedade a criminalidade dos jovens vítimas de homicídios.

A categoria de bandido, apresentada por Misse (2010), mostra que os indivíduos qualificados dessa forma são percebidos como aqueles que não participam e não compreendem as regras. Pelo fato de serem percebidos como “fora da lei” e por neles estarem representados todos os sentimentos morais mais repulsivos, a incapacitação (tendo como consequência em diversas situações a morte) é percebida como a única alternativa viável eles, pelo fato de eliminarem um sujeito incorrigível e que abriga em si as qualidades mais indesejadas.

Nas notícias estudadas, podem-se notar duas estratégias que ajudam a captar o interesse do leitor: o uso de manchetes e a linguagem coloquial, da maneira como pressupõem que o leitor fala.

Os títulos/manchetes (tabelas 10, 11, 12, 13,14) têm grande impacto em uma notícia/matéria. É o título que convida o leitor a acessar as informações veiculadas pelo jornal. A maioria das pessoas lê apenas o título, pois ou “ele é tudo que o leitor vai ler sobre o assunto ou é o fator que vai motivá-lo ou não a enfrentar o texto” (FOLHA, 1992, p.168).

A comunicação entre leitor e jornal é estabelecida a partir da manchete. A cada edição, a manchete, por apresentar-se atrativa e apelativa, é primária, superficial e volátil, porque, após a sua leitura, ela perde os vínculos com os motivos que conduziram o leitor a lê-la, e, a durabilidade, para o leitor, como documento do acontecimento, porque dificilmente ele (o leitor) se reportará a ela (a manchete) como elemento indicador para algum assunto. Essa manipulação dos leitores das classes populares pelo sensacionalismo, apresentando o elementar de uma forma espetacular e descartável, detém-se na sensação que o fato pode provocar em detrimento da informação que o fato pode oferecer (emoções que o projeto editorial pretende provocar no leitor: a compra do jornal) (Pedroso, 2001:49).

A manchete é de grande importância, pois deve provocar comoção, chocar o leitor. Ela vem realçada por recursos gráficos exagerados, como a letra em caixa alta, em tamanho grande, grifada e em cores que conferem destaque. A sua linguagem aproxima-se da linguagem oral e coloquial. Aquela que é falada por todos, nas ruas, ônibus, entre familiares e amigos. Há o uso abusivo de gírias e chavões, além em alguns casos, do uso de palavras de baixo calão e frases de duplo sentido.

Tabela 10. Títulos/manchetes das matérias jornalísticas sobre homicídio de jovens publicadas em março de 2013, nas cidades estudadas da região Norte.

Jornais/Matérias	Data
Jornal de Santarém	
Já está preso o autor de dois homicídios em Uruará	1 a 7/03/2013
Audiência do assassinato na serra Piroca causa comoção em frente ao Fórum de Santarém	8 a 14/03/2013
Correio de Tocantins	
Mortos	09 a 11/03/2013
Preso acusado de estuprar e matar uma estudante	09 a 11/03/2013
Morto com sete facadas	09 a 11/03/2013
Homem morto por invasores	09 a 11/03/2013
Casal teria executado amiga	12 e 13/03/2013
Carona para a morte	12 e 13/03/2013
Menor vítima de homicídio pode ter assaltado ônibus	12 e 13/03/2013
Tiros e facadas matam Cachorrão	14 e 15/03/2013
Suspeitos de terem matado menor são presos com arma	16 e 18/03/2013
Saiu do CIAM para morrer baleado	16 e 18/03/2013
Adolescente é acusado de matar jovem em banheiro	16 e 18/03/2013
Executado durante o sono	19 e 20/03/2013
Executado a tiros na madrugada	21 e 22/03/2013
	23 e 25/03/2013

Tabela 11. Títulos/manchetes das matérias jornalísticas sobre homicídio de jovens publicadas em março de 2013, nas cidades estudadas da região Nordeste.

Jornais/Matérias	Data
Gazzeta	
Polícia registra dois homicídios em Ouricuri	16 a 22/03/2013
Acusado de homicídio é preso em flagrante	16 a 22/03/2013
A tarde	
Jovem é morto a tiros em Camaçari	01/03/2013
Polícia apresenta homicida hoje	01/03/2013
Participantes de seriados são encontrados mortos	02/03/2013
Polícia investiga assassinato	05/03/2013
Polícia Técnica leva mais de 13 horas para remover corpo em Camaçari	05/03/2013
Onda de violência deixa cinco mortos em Castelo Branco	05/03/2013
Casal é executado em Simões Filho	06/03/2013
Suspeito confessa à polícia que matou namorada	06/03/2013
Bruno já admite morte e esquartejamento	07/03/2013
Protesto de moradores de Águas Claras trava trânsito da cidade	07/03/2013
Jovem é morta por namorado	08/03/2013
Bruno muda versão e admite que já sabia que Eliza seria morta	08/03/2013
Acusado de matar advogada terá julgamento transmitido ao vivo	11/03/2013

Tabela 12. Títulos/manchetes das matérias jornalísticas sobre homicídio de jovens publicadas em março de 2013, nas cidades estudadas da região Centro-Oeste.

Jornais/Matérias	Data
Daqui	
Adolescente de 17 anos é morto a tiros em Anápolis	01/03/2013
Preso suspeito de executar líder da torcida do Vila Nova	01/03/2013
Aparecida	02/03/2013
Número de homicídios já é o maior em dez anos	02/03/2013

Cobrador é morto por engano	05/03/2013
Adolescentes são apreendidos suspeitos de matar menino	05/03/2013
Adolescente é assassinado no Parque das Nações	06/03/2013
Assaltante morre e Policial é baleado	07/03/2013
Mulher é morta a martelada	11/03/2013
Homem leva tiro e morre no carro	11/03/2013
Ladrão de cachorro é morto a tiros	13/03/2013
Polícia Militar registra série de execuções em Goiânia e Região	15/03/2013
Rapaz é assassinado a tiros pelo ex-namorado	15/03/2013
Corpo no T-63	16/03/2013
Homicídios	18/03/2013
Segurança mata suposto ladrão	18/03/2013
Homicídios	19/03/2013
Homem Implora para não ser morto	19/03/2013
Jovem baleada pelo namorado morre	20/03/2013
Corpo de jovem é encontrado	22/03/2013
Prostitutas presas por morte de jovem	22/03/2013
Roubou viatura e foi morto	23/03/2013
Homem é executado no Jd. Marilizia	28/03/2013
Irmãos levam tiros e um deles é executado	30/03/2013
Jovem é assassinado nas vésperas do Aniversário	30/03/2013

A Gazeta

Homem diz que matou cunhado	01/03/2013
Homens são executados	02/03/2013
Morte de Índio	03/03/2013
Acusado começa a ser julgado	05/03/2013
Corpo é encontrado no Teles Pires	05/03/2013
Homicídio	10/03/2013
Farmacêutica é morta em frente à casa do ex	10/03/2013
Homem é executado com 4 disparos no Bairro Carumbé	11/03/2013
Nortão	11/03/2013
Jovem tenta fugir, mas acaba executado em VG	16/03/2013
Júri condena assassino a 30 anos por 3 mortes	17/03/2013
Cuiabá e VG registram mortes por 'execução'	18/03/2013
Jovem foi executada após ameaças	19/03/2013
Vigilante mata assaltante e Polícia procura comparsa	21/03/2013
Ex-marido é principal suspeito de homicídios	25/03/2013
Juíza ouve acusado de matar filho	25/03/2013
9 assassinatos em 4 dias na Capital e VG	27/03/2013
Acusados de latrocínio pegam pena de 3 anos	27/03/2013
Nova versão é dada em Juízo	27/03/2013
Morre jovem baleado dentro de casa em VG	28/03/2013
Preso acusado de execução	28/03/2013

Tabela 13. Títulos/manchetes das matérias jornalísticas sobre homicídio de jovens publicadas em março de 2013, nas cidades estudadas da região Sudeste.

Jornais/Matérias	Data
Folha de Sabará	
Homem é encontrado morto no Alvorada	05/03/2013
Adolescente é assassinado no Fátima	22/03/2013
Folha Metropolitana	
Homem é morto com três tiros no Jardim Ottawa	28/03/2013
Homem morre em suposta troca de tiro com a PM	08/03/2013
Motoboy é morto com 9 tiros na Vila Rio	09/03/2013
Trio troca tiros com a PM após assaltar pizzaria	19/03/2013
Bruno admite que Eliza foi morta e esquartejada	07/03/2013

Motorista bêbado mata skatista no Paraventi	25/03/2013
Protesto por morte de skatista reúne 300 jovens	26/03/2013
Em menos de uma hora dois jovens são mortos	27/03/2013

Tabela 14. Títulos/manchetes das matérias jornalísticas sobre homicídio de jovens publicadas em março de 2013, nas cidades estudadas da região Sul.

Jornais/Matérias	Data
Jornal do Oeste	
Jovem de 21 anos é assassinado a tiros no Jardim América em Toledo	05/03/2013
Jovem é encontrado morto em córrego no Jardim Coopagro	09/03/2013
Diário da Fronteira	
Policia Civil segue investigando execução de jovem	28/03/2013

Pode-se perceber que 51 títulos se referem à vítima. Em alguns desses também há menção ao agressor. 34 títulos destacam o suspeito/acusado, e 5 matérias são tituladas por uma única palavra, em referência ao local homicídio ou ao ato violento: Nortão, Aparecida, Homicídios. As palavras-chave utilizadas nas manchetes e nas chamadas revelam uma linguagem clara, simples e objetiva, o que indica que os jornais costumam obedecer, de uma forma geral, as normas de redação jornalísticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal é um veículo de comunicação que colabora na formação da opinião popular, transformando fatos em informações com linguagem acessível e popular. As notícias revelam que os jovens são vítimas de homicídio nos diversos níveis de crueldade, descrevendo o evento de maneira clara e sucinta, sem mostrar a magnitude e o impacto do problema para a sociedade.

A mídia (os jornais), como reorganizadora de sentidos, desempenha um papel fundamental sobre aquilo que a sociedade entende por bom e mau, mocinho e bandido. Mocinhos ou bandidos? O título desta dissertação é uma indagação que traz respostas em toda esta pesquisa. O mocinho, no dicionário, tem significado de homem jovem ou de heróis de filmes de aventuras; já o bandido é um termo que se costuma usar como sinônimo de delinquente, criminoso ou ladrão. A resposta para a indagação é que eles não são nem mocinhos e nem bandidos, são apenas jovens que devem ter todos os seus direitos sociais cumpridos e respeitados, mas que tiveram suas vidas ceifadas precocemente em uma sociedade que aceita de forma velada, e muitas vezes declaradamente suas mortes. Entretanto, o que se viu foi o reforço de estereótipos negativos ao relacionar os jovens à criminalidade, à pobreza e a determinadas áreas geográficas.

Apesar de maior parcela das notícias terem tratado a vítima pelo nome, ainda houve uso de termos pejorativos que representa o jovem vitimado à sociedade como “bandido que merecia morrer”.

Pode-se perceber neste estudo que a maneira como os jornais selecionam os fatos que serão noticiados, colabora para toda uma “organização do mundo”, em que a violência é banalizada e os bandidos e mocinhos têm perfis e lugares bem delimitados. Desta forma, a recepção da notícia, por parte do leitor, de certa maneira também é produzida. Se os jornais escolhem no mundo da violência os fatos que irão gerar as notícias mais impactantes, os leitores, por sua vez, esperam as maiores crueldades, segundo Muller et al. (2005).

O trabalho também revelou um aspecto alarmante: as notícias são pouco qualificadas. De acordo com o Novo Manual da Redação da Folha de São Paulo (jornal de maior visibilidade e circulação no país), deve-se evitar ironia exagerada e frases exclamativas ou afirmativas, além de apresentar de forma concisa e bem argumentada as questões sobre as quais se opina. O Manual ainda reitera que o jornalista deve tomar, entre outros, os seguintes cuidados: checar se está de posse de informações suficientes para sustentar suas conclusões; pesquisar a bibliografia ou os arquivos sobre o assunto; entrevistar as fontes envolvidas e contextualizar o assunto; manter uma só linha de raciocínio; escrever seus argumentos em ordem crescente de

importância, a fim de gerar da tensão e facilitar a conclusão para o leitor; trabalhar com rigor técnico; checar se seus argumentos e visão sobre o tema coincidem com os de um ou mais especialistas no assunto, de preferência com posições divergentes; usar de números e estatísticas, para tornar o texto mais interessante; concluir originalmente a análise (FOLHA, 1992).

Com esta pesquisa percebe-se a necessidade de se estabelecer novos parâmetros para se noticiar. Ainda não se chega ao ideal de qualidade jornalística, estudado por tantos autores, como Chaparro (2007: 125), que apela em nome da ética: “Ética não é mordação. O que ela pede não é menos notícia, mas melhor notícia: a informação correta, completa, digna”.

Ressalta-se que a cobertura jornalística da violência contra os jovens está muito mais centrada na delinquência que na vitimização. O número de notícias divulgadas sobre os homicídios de jovens é muito pequeno quando comparado com as taxas de homicídios das cidades as quais os jovens pertenciam, e mesmo nos jornais que noticiaram um número maior de notícias, se limitavam à descrição dos fatos, com nenhuma problematização da tragédia, junto a sociedade. Cabe aqui apontar que, historicamente, o jornalismo brasileiro não tem um perfil investigativo, como o jornalismo americano, e que qualquer jornalismo tem elo com o senso comum.

A possível razão para o escasso número de notícias de homicídio de jovem nos jornais de algumas cidades, Uruguaiana, Toledo, Santarém e Petrolina; pode estar contemplada na teoria de Porto (2010) que mostra que uma grande exposição da violência divulgada pela mídia produz um sentimento de medo e insegurança constante, trazendo, como consequência, a representação onipresente da violência nas relações cotidianas, demandando a institucionalização da segurança privada como solução.

A representação midiática do homicídio dos jovens tem contribuído para a desvalorização da vida desses e reforçado estereótipos negativos. Nas matérias analisadas, a maioria relatou o homicídio, o local em que ocorreu e a forma como foi consumado, de maneira descritiva, sem aprofundamento ante a gravidade desse evento fatal. Tal banalização pode estar ligada tanto à baixa qualificação dos profissionais da mídia desses jornais sobre a magnitude desse problema no país, quanto ao pouco investimento em informações mais analíticas e reflexivas. Tais práticas tendem a contribuir para reforçar preconceitos e estigmas compartilhados e representados socialmente em relação às vítimas, como vidas descartáveis.

As contribuições desta dissertação provocam ainda mais questionamentos sobre o como os jovens vítimas de homicídio, são mais uma vez violentados pelos jornais, ao terem seus direitos, mesmo que póstumos, violados.

A representação banalizada da imagem destes jovens revela um consentimento velado da sociedade quanto a morte deles. Nos enunciados dos jornais são utilizadas estratégias discursivas por meio da nomeação de jovens com adjetivos que os criminalizam, nos termos da sujeição criminal, no sentido empregado por Misse (2010). Esses jovens são os matáveis, os passíveis de serem mortos, pois estão à margem da sociedade e não farão falta.

O leitor os jornais aqui estudados não é conduzido a pensar em políticas públicas para jovens e prevenção da violência nos municípios e no Brasil. Os casos noticiados são apresentados isoladamente, sem correlação e integração com os distintos setores da sociedade.

Como sugestão para qualificação do jornalismo local das cidades estudadas, pontua-se a necessidade de uma maior capacidade de diálogo com as esferas públicas desses territórios. O conhecimento das problemáticas e potencialidades dos municípios em que circulam esses jornais facilitaria a construção de textos mais profundos, com capacidade ampla de diálogo e que, contribuiria para a prevenção da morte precoce de jovens.

No país há uma organização da sociedade civil, atuando de forma voluntária, que visa articular ações inovadoras em mídia para o desenvolvimento: Agência de Notícias de Direitos da Infância (ANDI), que busca contribuir para que os atores do campo da comunicação, reconheçam e saibam responder com responsabilidade ao lugar privilegiado que ocupam na observação vigilante do interesse superior de crianças e adolescentes. Os jornais estudados nesta pesquisa podem inspirar-se no que a ANDI mobiliza e propõe qualificar, para assim agregar qualidade e profundidade à investigação jornalística de suas notícias.

Como limite, por se tratar de uma pesquisa documental com dados de um curto período de tempo, identifica-se que a amostra poderia ter sido mais ampla, possibilitando uma análise mais complexa e de evolução temporal das notícias, e acompanhamento dos jornais sobre os casos. No entanto, é válido reconhecer que esta pesquisa traz contribuições acadêmicas, não só preenchendo lacunas existentes, como também ajudando a considerar a elaboração de um jornalismo mais crítico e profundo diante de tal tragédia social, que é o homicídio de jovens.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Lei e ordem no segundo governo FHC. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, nov. 2003.

ALBUQUERQUE, A. **Manipulação editorial e produção da notícia: dois paradigmas da análise da cobertura jornalística da política**. São Leopoldo: 6 Compós, 1997.

_____. **As três faces do quarto poder**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG. Belo Horizonte, MG, jun. 2009

ALEXANDRE, M. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**, 6(17), 2001.

ANDRADE, L.T. e DINIZ, A.M.A. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, Rio de Janeiro, 2013.

ANGRIMANI, D. **Espreme que sai sangue**. Editora Summus. São Paulo, 1994.

APARECIDA. **Daqui**. Goiânia, 02 mar. 2013. cad. Geral, p.7.

ASSIS, S.G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Editora FIOCRUZ, 1999.

_____; CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2005.

BARBOSA, H. Rapaz é assassinado a tiros pelo ex-namorado. **Daqui**. Goiânia, 15 mar. 2013. cad. Geral/Emprego, p.8.

BOURDIEU, P. **A juventude é apenas uma palavra**. Questões de sociologia, 1983.

BORGES, L.S. **Moralidade e homicídio: um estudo sobre a motivação e a ação do transgressor**. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências**. Brasília: Ministério da Saúde; 2001.

_____. Medida provisória n. 238, de 1º de fevereiro de 2005. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 fev. 2005. p. 1.

_____. Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de Implementação do Plano Juventude Viva no seu Município**. Brasília, 2013.

CALADO, S.dos S; FERREIRA, S.C dos R. **Análise de documentos**: método de recolha e análise de dados. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>

CALDAS, A. **Deu no jornal: o jornalismo impresso na era da Internet**. Edições Loyola, 2002.

CAMARGO, B.V.; BARBARÁ, A. A difusão científica da mídia impressa. **Psico**, **35**, 2004.

CAMARGO B.V. ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: Moreira ASP, organizador. **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: UFPB/Ed Universitária; 2005. p. 511-39.

CANO, I; RIBEIRO, E. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. In: CRUZ, M. V. G.; BATITUCCI, E. C. (ORG). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 51-78.

CARDIA, N. **Jovens, violência fatal, superposição de carências e mercado de trabalho**. São Paulo: NEV/ USP, 2005.

CARDOSO, F.L.M.G et al . Homicídios no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise da violência letal. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 4, p. 1277-1288, Apr. 2016 .

CARVALHO, D.W., FREIRE, M.T., VILAR, G. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. **Rev. Panam Salud Publica**, 2012.

CERQUEIRA, R.T.; NORONHA, C.V. Cenas de linchamento: reconstruções dramáticas da violência coletiva. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 9, n. 2, p. 163-172, ago. 2004 .

_____. Escrito em Vermelho: a construção do discurso sobre criminalidade e linchamento no jornal. In: PAES, MACHADO, E. (Org.) Dossiê: violência, criminalidade e justiça. **Caderno CRH**, Salvador 19(47), 2006.

CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus, 2007.

CHOLLET, M. **Machismo sem fronteiras**. (R. S. Campos, Trad.). Le Monde Diplomatique, 2005. Recuperado em 27 de abril de 2007 em <http://diplo.uol.com.br/2005-05,a1101>

COELHO, M. Z. P. **Jovens no discurso da imprensa português: um estudo exploratório**. *Análise Social*, v. XLIV n.191, pp. 361-377, 2009.

CANO, I. **Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CORRÊA, C.S, SOUZA, S.J. Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 461-486, 2011.

COSTA, C.T. **Ética, jornalismo e nova mídia: uma moral provisória**. Editora Zahar. Rio de Janeiro 2009. 287p

COSTA, D.H. **Um olhar sistêmico sobre famílias de jovens vítimas de homicídio**. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2015.

COSTELLA, A.F. **Comunicação do grito ao satélite**: história dos meios de comunicação. 4. ed. Campos do Jordão, SP: Editora Mantiqueira, 2001.

CRESWELL J,W, CLARK VLP. Choosing a mixed methods design. In: Creswell JW, Clark VLP, organizadores. **Designing and conducting mixed methods research**. United States of America: SAGE; 2011. p.53-105.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, suppl, p. 1163-1178, 2006.

DILL K.E., et al. Recurrent issues in efforts to prevent homicidal youth violence in schools: Expert opinions. **New Directions For Youth Development**, n 129, Published online in Wiley Online Library. Spring 2011.

DINES, A. **Sensacionalismo na Imprensa**. Comunicações & Artes, São Paulo, ECA/USP, v.4, p.67-75, 1971

DOMENACH, J. La violência. In: Unesco, organizadores. **La violencia y sus causas**.

Paris: Unesco; 1981. p.33-45.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo, Paulinas, 1989.

ESPINDULA, D.H.P et al. "Perigoso e violento": representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico. **PSIC, Revista de Psicologia**, v. 7, p 11-20, 2006.

ELUF, L. N. **A paixão no banco dos réus**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

ENGEL, C.L. et al. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil** : subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios. Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, 2015.

FAUSTO NETO, A. **Comunicação e Mídia Impressa**. Estudo sobre a AIDS. Hacker Editores. São Paulo, 1999.

FAUSTO NETO, A. **Fragmentos de uma —analítica da midiatização**. Revista Matrizes, v. 1, p. 89-105, 2008.

FERNANDES, R.C, NASCIMENTO, M.S e colaboradores. Small arms Survey. **As Armas e a Cidade**. Mapeando um país dividido: violência por armas de fogo e urbanização no Brasil, Genebra, Cap 7, 2007.

FERREIRA JÚNIOR, S.E.S; MENEZES, A.S. Individualização do acontecimento e mortes violentas: as narrativas policiais da mídia impressa paraense. **Temática**, Ano X, n.11 - novembro/2014.

FISCHER, R.M.B. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educ. Pesqui.** 2002; 28(1):151-162.

FOLHA de São Paulo. **Novo Manual de Redação**. Folha de São Paulo. São Paulo, 1992.

FREIRE, W.J.A. Mídia-educação e representações sociais. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, n. 5, p. 40–47 jan./jul. 2011

FREITAS, M.V. (Org.) **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

GAWRYSZEWSKI, V. P. **Homicídios no Município de São Paulo: perfil e subsídios para um Sistema de Vigilância Epidemiológica**. São Paulo (Tese de Doutorado, FSP/USP), 2002.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In.: DESLANDES, S. F; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S.(org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GRANADOS, J.A; DELGADO, G. Mortality by Homicide in Homosexuals: Characterization of the cases registered in Mexico between 1995 and 2000. **The American Journal of Forensic Medicine and Pathology**, vol 29, nº 1, 2008.

GUARESCHI, P. A. **Comunicação e Controle Social**. 5a. Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

HEILBORN, M.L. Experiência da Sexualidade, Reprodução e Trajetórias Biográficas Juvenis. In: HEILBORN ML; AQUINO EML; BOZON M; KNAUTH DR (Orgs.). **O Aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Garamond/Editora Fiocruz; 2006. 536 pp.

HOCKENBERRY, M.; WILSON, D. **Wong's Fundamentos Enfermagem Pediátrica**. 8ª ed . Elsevier . Rio de Janeiro, 2011.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002, p.17-44.

JOVEM é morta pelo namorado. **A tarde**. Salvador, 08 mar. 2013. Cad. Quartas, p. A11.

KAHN, T. **As formas do crime**. São Paulo: Sicurezza, 2009.

KEHL, M.R. “A juventude como sintoma da cultura”. In: Regina Novaes e Paulo Vannuchi (orgs.). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, pp.89-114

KISS, L. B. **Violência contra mulheres no contexto urbano**: estudo sobre a distribuição espacial das violências no Município de São Paulo. Tese de Doutorado, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KODATO, S; SILVA, A.P.S . Homicídios de adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 13, n. 3, p. 507-515, 2000.

KÓVACS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KRONBERGER, N. e WAGNER, W. Palavras-chave em contexto : análise estatística de textos. In: M.W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; 2004. p. 416-38.

LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMGRUBER, J. Violência, omissão e insegurança pública: o pão nosso de cada dia. Rio de Janeiro: **Academia Brasileira de Ciências**, 2004.

LIMA, R; OLIVEIRA, D; SANTOS, A. A cor do medo: o medo da cor. In: **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. OLIVEIRA, D...et al (org). Editora da UFG. Goiânia,1998.

LOUCEIRO, A. F. D. S. **Estudo exploratório para a definição de uma tipologia do comportamento criminal no homicídio**. (Dissertação de mestrado) Lisboa: ISCTE, 2008. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/1662>](http://hdl.handle.net/10071/1662).

MATHEUS, L.C **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Mauad X. Rio de Janeiro, 2011. 108p.

MARQUETTI, F.C. **Discursos e imagens da violência**. Tese [Doutorado em Saúde Pública] São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

MARSHALL, L. Morto com sete facadas. **Correio do Tocantins**. Marabá, 09 a 11 mar. 2013. Seção Polícia, p.1.

MARSHALL, L. Executado a tiros na madrugada. **Correio do Tocantins**. Marabá, 23 a 25 mar. 2013. Seção Polícia, p.2.

MARTINS BORGES, L. Crime passional ou homicídio conjugal?. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte , v. 17, n. 3, dez. 2011 .

MEDITSCH, E. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência feita nos Cursos da Arrábida, Universidade de Verão, em setembro de 1997. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>>. Acesso em 19 de dezembro de 2014.

MELLO JORGE, M. H. **Mortalidade por causas violentas no município de São Paulo**. Tese de doutorado SSP/USP, São Paulo, 1979.

_____. Como morrem nossos jovens. In: CNPD. **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília, 1998.

MINAYO, M.C de S. **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em Saúde**. 9ª edição: São Paulo: Hucitec, 2006. 406p.

_____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed.Petrópolis: Vozes, 2007. 108p.

_____. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p.55-63, 2005.

_____. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 7- 18, 1994.

_____. Seis características das mortes violentas no Brasil. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 26, n. 1, p. 135-140, June 2009 .

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, v. 79, p. 15-38, 2010.

MONTORO, T,S., Imagens de violência: construções e representações. **Comun. Inf.**, v.5,n.1/2, 2002

MOREIRA, F.B. **Os valores-notícia no jornalismo impresso**: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MOSCOVICI, S. A máquina conceitual de fazer deuses. Entrevista concedida ao Caderno Mais! **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 de set. 2003.

_____. **A representação social da psicanálise** (Tradução de Álvaro. Cabral). Editora Zahar Rio de Janeiro, 1978.

_____. **Representações Sociais**. Investigações em psicologia Social. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MÜLLER, et al.(orgs.) Sociologia da Violência: textos sobre juventude e mídia. João Pessoa: Editora Universitária/PPGS-UFPB, 2005. **Revista de Ciências Sociais-Política & Trabalho**, v. 23, 2005.

MUSSEN, P. H., CONGER, J. J., KAGAN, J. E. & HUSTON, A. C. **Desenvolvimento e personalidade da criança**. São Paulo: Editora Harbra, 1995.

NAMBU,S et al. Fatal child abuse in Japn: Ddoes a trend exist toward tougher sentencing? **Journal Injury & Violence**,vol. 3, p. 74-79, EUA, 2011.

NASRULLAH, N. et al. The epidemiological patterns of honour killing of women in Pakistan. **European Journal of Public Health**, Vol. 19, No. 2, p.193–197, 2009.

NEDER, V. O estigma “de menor” na imprensa escrita. **Cenários da Comunicação**, São Paulo, v.7, n.2, p.161-167, 2008.

NEVES, M. A. C.M.; PEDROSA S. M. P.A. Quem lê tanta notícia? – o jovem universitário e o jornal impresso. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 40, p. 68-76,dezembro 2009.

NJAINÉ, K. Violência - da produção da informação à comunicação na mídia. In: SANTOS, A (org). **Caderno Mídia e Saúde Pública: Comunicação em Saúde pela Paz**. Belo Horizonte: ESP-MG, 2007.

_____; MINAYO, M.C. de S. A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2004.

_____. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2002.

OLIFFE, J.L et al., Men, Masculinities, and Murder-Suicide. **Am J Mens Health**. Published online October, 2014. Disponível em: <http://jmh.sagepub.com/content/early/2014/10/15/1557988314551359>. Acesso 27 de janeiro de 2015.

OMS/OSP (Organização Mundial de Saúde/Oficina Sanitária Panamericana). **La salud del adolescente y el joven en las Américas**, D.C., 1985.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Manual da classificação estatística internacional de doenças, lesões e causa de óbitos**. Décima revisão. São Paulo: Centro de Classificação de Doenças em Português; 1996.

_____. **Relatório Mundial sobre a prevenção da violência 2014**. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

PAIS, J.M. **Ganchos, tachos e biscates**: jovens, trabalho e futuro. Porto: Ambar, 2005.

PARTICIPANTES de seriados são encontrados mortos. **A tarde**. Salvador, 02 mar. 2013. Seção mundo, p. B10.

PEDROSO, R.N. **A construção do Discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PEREIRA, L. **Juventude, Participação e Direitos: Um olhar para as percepções de jovens do Rio de Janeiro sobre sua participação no PROJOVEM**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, H.M. **A homofobia internalizada e os comportamentos para a saúde numa amostra de homens homossexuais**. Dissertação (Mestrado). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2001.

PERES, M. F. T; et al. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002**. São Paulo: NEV/USP, 2006.

PERUZZO, C. M. K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa Brasil na era do ciberespaço. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PHEBO, L. Brasil: as armas e as vítimas. In: **Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil**. ISER/7 Letras. Rio de Janeiro, 2005.

PINHEIRO, B. Acusados de latrocínio pegam pena de 3 anos. **A Gazeta**. Cuiabá. 27 mar. 2013. Seção Quarta, p.3B.

PORTO, M.S.G. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 21, n. 2, 2009.

_____. **Sociologia da Violência: do conceito às representações**. Verbaná Editora. Brasília, 2010.

RAMOS, S., PAIVA, A. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. IUPERJ - Rio de Janeiro, 2007. 192 p.

REDMOND, L. M. **Surviving: When someone you know was murdered**. Clearwater: **Psychological Consultations and education Services Ltd**, 1989.

ROLIM, M. **A Síndrome da Rainha Vermelha – Policiamento e Segurança Pública no Século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

ROMA et al. The epidemiology of homicide-suicide In Italy: A newspaper study from 1985 to 2008. **Forensic Science International**, 214(1), p. e1-e5, 2012.

RUOTTI, C et al. A vulnerabilidade dos jovens à morte violenta: um estudo de caso no contexto dos “Crimes de Maio”. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 733-748, 2014.

_____.; MASSA, V. C.; PERES, M. F. T. Vulnerabilidade e violência: uma nova concepção de risco para o estudo dos homicídios de jovens. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 37, p.377- 389, 2011.

SAIU do CIAM para morrer baleado. **Correio do Tocantins**. Marabá, 16 a 18 mar. 2013. Seção Polícia, p.2.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C.F.; LUCIO, P.B. **Metodologia de pesquisa**. 3 ed., São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SARAIVA, E.R.A; COUTINHO, M.P.. Meios de comunicação impressos, representações sociais e violência contra idosos. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 17, n. 2, June 2012.

SARAIVA, J.B.C. **Compêndio de Direito Penal Juvenil Adolescente e Ato Infracional**. 4. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SECRETTI T, JACOBI L. F, ZANINI R. R. Mortalidades por causas violentas: uma análise dos homicídios em Santa Maria, RS. **Ciênc Natura**. 2009; 31(2):25-34.

SÊGA, R. A. **O conceito de representação social nas obras de Denise Jodelet e Serge Moscovici**. Anos 90, Porto Alegre, n. 13, pp.128-133, 2000.

SETE mortes em quatro dias. **Correio do Tocantins**. Marabá, 12 e 13 mar. 2013. cad. 2, p.1.

SILVA, J. G. **Homicídio de jovens no Brasil: o desafio de compreender a consequência fatal da violência**. Tese [Doutorado]. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, FIOCRUZ,

Rio de Janeiro, 2014.

_____, VALADARES, F.C, SOUZA, E.R. O desafio de compreender a consequência fatal da violência em dois municípios brasileiros. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 17, n. 46, Set. 2013 .

SILVA, A. B.; CAMARGO, B. V. A difusão científica da AIDS na mídia impressa. **Psico**, 35(2), 2004.

SILVA, F. C. A Juventude na Mídia Brasileira: estereótipos e exclusão. **Revista Anagrama - Revista Interdisciplinar da Graduação**. São Paulo, 2008.

SILVA FILHO, J.V. **Local o terceiro fator do controle criminal**. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 2, 2008.

SILVA, N.P . **A influência da mídia sobre o poder legislativo**: sob a luz da lei 8072/90 – lei de crimes hediondos. Monografia (graduação). Faculdade de Direito de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2015.

SILVA, C. R. ; LOPES, R. E. **Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas**. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, v. 17, n.2, pp. 87-106, 2009.

SGARBIERI, A.N. **Representações do gênero feminino na Mídia impressa**. Estudos Linguísticos XXXV, pp. 386-371, 2006.

SOARES, G.A.D; MIRANDA, D; BORGES, D. **As vítimas ocultas da violência na cidade do Rio de Janeiro**. Editora Record, 2006.

SOARES, S.S.D. **Educação: um escudo contra o homicídio?** IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão 1298. Brasília-DF, 2007.

SOUZA, E.R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 59-70, 2005.

_____, et al . Morbimortalidade de homens jovens brasileiros por agressão: expressão dos diferenciais de gênero. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 12, Dec. 2012 .

SOUZA, L.; MENANDRO, P. R. M. Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000).**Revista Psicologia Política**, p. 233-248, 2002.

SOUZA SANTOS, et al .Os adolescentes e a violência na imprensa. **Psicologia. Teoria e pesquisa**, 2009.

SRABSTEIN, J. C. News reports of bullyingrelated fatal and nonfatal injuries in the Americas. **Rev Panam Salud Publica**. 33(5)p. 378–82, 2013.

SZWARCWALD, C.L; CASTILHO, E.A. Mortalidade por armas de fogo no estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma análise espacial.**Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 4, n. 3, 1998.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**- Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

TOLEDO, J. A. C et al. A influência da mídia na estigmatização de jovens e lugares da cidade. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA URBANA,13. **Anais... (LOCAL E ORGANIZADOR)** 2013.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 10º ed. Editora LTC, 2008.

UNODC. **Global Study on Homicide**. Vienna, Austria: United Nations Office on Drugs and Crime; 2013.

VILLELA, L. D. C. M. et al. Utilização da imprensa escrita na qualificação das causas externas de morte. **Rev Saude Publica**, v. 46, n. 4, p. 730-736, 2012.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência**: os jovens do Brasil. Brasília: Unesco, 2014.

WEBER, M. **Sociologia da Imprensa**: um programa de pesquisa, publicado originalmente como alocução no Primeiro Congresso da Sociedade Alemã de Sociologia, em Frankfurt, 1910.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 6.ed. Lisboa: Presença, 2001.

ZALUAR, A. **Integração Perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANEXOS

ANEXO I

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS VÍTIMAS DE HOMICÍDIO
EM JORNAIS DE CIDADES DO INTERIOR DO BRASIL**

Questionário N° **Bloco I: Identificação do Jornal**

1. Jornal	1. Folha Metropolitana <input type="checkbox"/>	2. Folha de Sabará <input type="checkbox"/>	3. A Tarde <input type="checkbox"/>	4. Gazzeta <input type="checkbox"/>	5. Daqui <input type="checkbox"/>
	6. A Gazeta <input type="checkbox"/>	7. Diário da Fronteira <input type="checkbox"/>	8. Correio do Tocantins <input type="checkbox"/>	9. Jornal do Oeste <input type="checkbox"/>	10. Jornal de Santarém <input type="checkbox"/>

2. Cidade/Estado	1. Guarulhos – SP <input type="checkbox"/>	2. Sabará- MG <input type="checkbox"/>	3. Lauro de Freitas- BA <input type="checkbox"/>	4. Petrolina- PE <input type="checkbox"/>	5. Trindade – GO <input type="checkbox"/>
	6. Várzea Grande - MT <input type="checkbox"/>	7. Uruguaiana – RS <input type="checkbox"/>	8. Marabá- PA <input type="checkbox"/>	9. Toledo-PR <input type="checkbox"/>	10. Santarém – PA <input type="checkbox"/>

3. Periodicidade	1. Diário <input type="checkbox"/>
	2. Semanal <input type="checkbox"/>

4. Data		5. Página	
6. Título			

Bloco II: Caracterização da matéria jornalística

7. Seção	
1. Opinião <input type="checkbox"/>	7. Brasil <input type="checkbox"/>
2. Cotidiano <input type="checkbox"/>	8. Polícia (casos de polícia; polícia/geral) <input type="checkbox"/>
3. Geral <input type="checkbox"/>	9. Curtas <input type="checkbox"/>
4. Cidades <input type="checkbox"/>	10. Segurança <input type="checkbox"/>
5. Municípios <input type="checkbox"/>	11. N.I <input type="checkbox"/>
6. Guarulhos <input type="checkbox"/>	12. Outros Qual(is) _____ <input type="checkbox"/>

8. Tipo de matéria					
8.1 Reportagem/ Matéria Assinada	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	8.3 Nota / Coluna	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
8.2 Matéria de capa	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	8.4 Outros Qual(is) _____	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>

9. Fontes de informação da matéria					
9.1 Polícia Militar	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.16 Mãe	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.2 Polícia (Federal, Rodoviária,)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.17 Pai	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.3 Polícia Civil	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.18 Irmão/Irmã	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.4 DPCA	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.19 Tio/Tia	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.5 Polícia (sem especificação)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.20 Avô/Avó	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.6 Forças Armadas	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.21 Esposa/ Marido	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.7 Guarda Municipal	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.22 Outros Familiares Qual(is) _____	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.8 Segurança Privada	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.23 Testemunhas do homicídio. Qual(is) _____	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.9 Jornalista	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.24 Vizinho(s) da vítima	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.10 ONGs/ Representantes de movimentos sociais	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.25 Amigo(s) da vítima	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.11 Representante da Justiça	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.26 Suspeito/ acusado/agressor	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.12 Representantes de jovens em medida sócio-educativa	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.27 Familiar(es) do suspeito/acusado	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.13 Conselhos (tutelares, de diretos, outros)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.28 Sem informação	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.14 Instituição de Saúde	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	9.29 Outros Qual(is) _____	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
9.15 Instituição de educação	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>			

10. Uso de outros recursos para destacar a matéria					
10.1 Comentário de especialista em violência (estudiosos do tema em diferentes áreas)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	10.5 Reconstituição dos fatos	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
10.2 Destaque de trecho da matéria	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	10.6 Não há	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
10.3 Estatísticas criminais ou da saúde	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	10.7 Outros Qual(is) _____	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
10.4 Trechos de leis	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>			

11. Uso de fotos					
11.1 Foto de pessoas no local do homicídio	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	11.7 Foto da policia	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
11.2 Foto de testemunhas no local do homicídio	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	11.8 Foto de arma de fogo	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
11.3 Foto da vítima	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	11.9 Foto de arma branca	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
11.4 Foto de familiar(es) da vítima	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	11.10 Não há	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
11.5 Foto do autor do homicídio/suspeito	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	11.11 Outros Qual(is) _____	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
11.6 Foto do local do homicídio	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>			

12. Pessoas/ Instituições citadas na matéria					
12.1 Polícia Militar	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.16 Mãe	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.2 Policia (Federal, Rodoviária,)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.17 Pai	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.3 Polícia Civil	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.18 Irmão/Irmã	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.4 DPCA	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.19 Tio/Tia	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.5 Polícia (sem especificação)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.20 Avô/Avó	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.6 Forças Armadas	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.21 Esposa/ Marido	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.7 Guarda Municipal	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.22 Outros Familiares Qual(is) _____	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.8 Segurança Privada	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.23 Testemunhas do homicídio. Qual(is) _____	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.9 Jornalista	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.24 Vizinho(s) da vítima	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.10 ONGs/ Representantes de movimentos sociais	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.25 Amigo(s) da vítima	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.11 Representante da Justiça	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.26 Suspeito/ acusado/agressor	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.12 Representantes de jovens em medida sócio-educativa	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.27 Familiar(es) do suspeito/acusado	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.13 Conselhos (tutelares, de diretos, outros)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.28 Sem informação	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.14 Instituição de Saúde	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	12.29 Outros Qual(is) _____	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
12.15 Instituição de educação	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>			

13. Quem tem voz direta na matéria					
13.1 Polícia Militar	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13. 16 Mãe	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.2 Polícia (Federal, Rodoviária,)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13. 17 Pai	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.3 Polícia Civil	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.18 Irmão/Irmã	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.4 DPCA	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.19 Tio/Tia	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.5 Polícia (sem especificação)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.20 Avô/Avó	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.6 Forças Armadas	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.21 Esposa/ Marido	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.7 Guarda Municipal	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.22 Outros Familiares Qual(is)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.8 Segurança Privada	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.23 Testemunhas do homicídio. Qual(is)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.9 Jornalista	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.24 Vizinho(s) da vítima	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.10 ONGs/ Representantes de movimentos sociais	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.25 Amigo(s) da vítima	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13. 11 Representante da Justiça	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.26 Suspeito/ acusado/agressor	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13. 12 Representantes de jovens em medida sócio-educativa	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.27 Familiar(es) do suspeito/acusado	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.13 Conselhos (tutelares, de diretos, outros)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.28 Sem informação	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.14 Instituição de Saúde	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	13.29 Outros Qual(is)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
13.15 Instituição de educação	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>			

14. Frases/palavras/expressões citadas na matéria para retratar a vítima					
14.1 Homem	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	14.10 Gay	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
14. 2 Mulher	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	14.11 Bandido	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
14.3 Vítima	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	14.12 Suspeito	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
14.4 Nome	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	14.13 Infrator	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
14.5 Adolescente	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	14.14 Foragido	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
14.6 Jovem	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	14.15 Traficante	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
14.7 Menor	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	14.16 Estudante	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
14.8 Trabalhador	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	14.17 Outros Qual(is)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
14.9 Desempregado	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>			

15. Políticas Públicas citadas na matéria					
15.1 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	15.4 Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
15.2 Estatuto da Juventude	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	15.5 Não há	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
15.3 Juventude Viva	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	15.6 Outros Qual(is)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>

16. Nível de aprofundamento da matéria	
1. Descritiva/factual <input type="checkbox"/>	2. Analítica <input type="checkbox"/>

Bloco III: Caracterização do homicídio na matéria

17. Vítimas de homicídio na matéria					
1. Uma <input type="checkbox"/>	2. Duas <input type="checkbox"/>	3. Três <input type="checkbox"/>	4. Quatro <input type="checkbox"/>	5. Cinco <input type="checkbox"/>	6. Seis ou Mais <input type="checkbox"/>

18. Tipos/meios utilizados para o homicídio					
18.1 Arma de fogo	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>	18.3 N.I	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>
18.2 Arma branca	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>	18.4 Outros Qual(is)	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>

19. Período do dia em que ocorreu	
1. Manhã <input type="checkbox"/>	4. Madrugada <input type="checkbox"/>
2. Tarde <input type="checkbox"/>	5. N.I <input type="checkbox"/>
3. Noite <input type="checkbox"/>	

20. Motivação do homicídio					
20.1 Ligado ao Tráfico de Drogas	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>	20.5 Abordagem policial por atitude suspeita	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>
20.2 Usuário de Droga	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>	20.6 Assalto	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>
20.3 Crime passional	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>	20.7 N.I	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>
20.4 Confronto com a Polícia	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>	20.8 Outros Qual(is) _____	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>

21. Cidade	1. Homicídio ocorrido na cidade da pesquisa <input type="checkbox"/>
	2. Homicídio ocorrido em outra cidade . Qual (is)? _____ <input type="checkbox"/>

22. Local do homicídio / onde o corpo foi encontrado					
22.1 Residência da vítima	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>	22.5 Instituições fechadas (presídios, comum terapêutica, etc..)	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>
22.2 Espaço Público (rua, praça)	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>	22.6 Instituições abertas (escola, hospital etc..)	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>
22.3 Rio, lagoa, mar	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>	22.7 N.I	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>
22.4 Estabelecimento comercial (bar, restaurante, boate, etc..)	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>	22.8 Outros Qual(is) _____	1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>

23. Parte do corpo lesionada					
23.1 Tórax (frente)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	23.4 Membros superiores	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
23.2 Tórax (costas)	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	23.5 Membros inferiores	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>
23.3 Cabeça	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>	23.6 N.I	1.Sim <input type="checkbox"/>	2.Não <input type="checkbox"/>

Bloco IV: Caracterização da vítima

24. Cita que a vítima tem passagem na polícia	
1. Sim <input type="checkbox"/>	3. N.I <input type="checkbox"/>
2.Não <input type="checkbox"/>	

25. Local de Residência		
1. Residente da cidade da pesquisa <input type="checkbox"/>	2. Residente em outra cidade. Qual (is)? _____ <input type="checkbox"/>	3. N.I <input type="checkbox"/>

26. Idade			
Vítima	1. _____	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>

27. Sexo				
Vítima	1. Feminino <input type="checkbox"/>	2. Masculino <input type="checkbox"/>	3. N.I <input type="checkbox"/>	4. Não se aplica <input type="checkbox"/>

28. Orientação Sexual						
Vítima	1. Heterossexual <input type="checkbox"/>	2. Homossexual <input type="checkbox"/>	3. Travesti <input type="checkbox"/>	4. Transexual <input type="checkbox"/>	5. N.I <input type="checkbox"/>	6. Não se aplica <input type="checkbox"/>

29. Cor						
Vítima	1. Branca <input type="checkbox"/>	2. Parda <input type="checkbox"/>	3. Negra <input type="checkbox"/>	4. Amarela <input type="checkbox"/>	5. N.I <input type="checkbox"/>	6. Não se aplica <input type="checkbox"/>

30. Escolaridade					
Vítima	1. Fundamental <input type="checkbox"/>	2. Médio <input type="checkbox"/>	3. Superior <input type="checkbox"/>	4. N.I <input type="checkbox"/>	5. Não se aplica <input type="checkbox"/>

31. Profissão			
Vítima		2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>

32. Vinculo com o agressor							
Vítima	1. Familiar <input type="checkbox"/>	2. Amigo <input type="checkbox"/>	3. Cônjuge ou ex-cônjuge <input type="checkbox"/>	4. Conhecido <input type="checkbox"/>	5. Desconhecido <input type="checkbox"/>	6. N. I <input type="checkbox"/>	7. Não se aplica <input type="checkbox"/>

Bloco V: Caracterização do suspeito/acusado/agressor

33. Há suspeito/acusado/agressor informado na matéria	
1. Sim <input type="checkbox"/>	2. Não <input type="checkbox"/>

34. Quantos							
1. Um <input type="checkbox"/>	2. Dois <input type="checkbox"/>	3. Três <input type="checkbox"/>	4. Quatro <input type="checkbox"/>	5. Cinco <input type="checkbox"/>	6. Seis ou Mais <input type="checkbox"/>	7. N.I <input type="checkbox"/>	8. Não se aplica <input type="checkbox"/>
35. Ida							
35.1 S/A/A 1	1. <input type="checkbox"/>	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>				
35.2 S/A/A 2	1. <input type="checkbox"/>	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>				
35.3 S/A/A 3	1. <input type="checkbox"/>	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>				
35.4 S/A/A 4	1. <input type="checkbox"/>	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>				
35.5 S/A/A 5	1. <input type="checkbox"/>	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>				
35.6 S/A/A 6	1. <input type="checkbox"/>	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>				

36. Sexo				
36.1 S/A/A 1	1. Feminino <input type="checkbox"/>	2. Masculino <input type="checkbox"/>	3. N.I <input type="checkbox"/>	4. Não se aplica <input type="checkbox"/>
36.2 S/A/A 2	1. Feminino <input type="checkbox"/>	2. Masculino <input type="checkbox"/>	3. N.I <input type="checkbox"/>	4. Não se aplica <input type="checkbox"/>
36.3 S/A/A 3	1. Feminino <input type="checkbox"/>	2. Masculino <input type="checkbox"/>	3. N.I <input type="checkbox"/>	4. Não se aplica <input type="checkbox"/>
36.4 S/A/A 4	1. Feminino <input type="checkbox"/>	2. Masculino <input type="checkbox"/>	3. N.I <input type="checkbox"/>	4. Não se aplica <input type="checkbox"/>
36.5 S/A/A 5	1. Feminino <input type="checkbox"/>	2. Masculino <input type="checkbox"/>	3. N.I <input type="checkbox"/>	4. Não se aplica <input type="checkbox"/>
36.6 S/A/A 6	1. Feminino <input type="checkbox"/>	2. Masculino <input type="checkbox"/>	3. N.I <input type="checkbox"/>	4. Não se aplica <input type="checkbox"/>

37. Cor						
37.1 S/A/A 1	1. Branca <input type="checkbox"/>	2. Parda <input type="checkbox"/>	3. Negra <input type="checkbox"/>	4. Amarela <input type="checkbox"/>	5. N.I <input type="checkbox"/>	6. Não <input type="checkbox"/> plica
37.2 S/A/A 2	1. Branca <input type="checkbox"/>	2. Parda <input type="checkbox"/>	3. Negra <input type="checkbox"/>	4. Amarela <input type="checkbox"/>	5. N.I <input type="checkbox"/>	6. Não <input type="checkbox"/> plica
37.3 S/A/A 3	1. Branca <input type="checkbox"/>	2. Parda <input type="checkbox"/>	3. Negra <input type="checkbox"/>	4. Amarela <input type="checkbox"/>	5. N.I <input type="checkbox"/>	6. Não <input type="checkbox"/> plica
37.4 S/A/A 4	1. Branca <input type="checkbox"/>	2. Parda <input type="checkbox"/>	3. Negra <input type="checkbox"/>	4. Amarela <input type="checkbox"/>	5. N.I <input type="checkbox"/>	6. Não <input type="checkbox"/> plica
37.5 S/A/A 5	1. Branca <input type="checkbox"/>	2. Parda <input type="checkbox"/>	3. Negra <input type="checkbox"/>	4. Amarela <input type="checkbox"/>	5. N.I <input type="checkbox"/>	6. Não <input type="checkbox"/> plica

37.6 S/A/A 6	1. Branca <input type="checkbox"/>	2. Parda <input type="checkbox"/>	3. Negra <input type="checkbox"/>	4. Amarela <input type="checkbox"/>	5. N.I <input type="checkbox"/>	6. Não <input type="checkbox"/> plica
---------------------	------------------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------	---------------------------------------

38. Profissão			
38.1 S/A/A 1	1. _____	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>
38.2 S/A/A 2	1. _____	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>
38.3 S/A/A 3	1. _____	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>
38.4 S/A/A 4	1. _____	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>
38.5 S/A/A 5	1. _____	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>
38.6 S/A/A 6	1. _____	2. N.I <input type="checkbox"/>	3. Não se aplica <input type="checkbox"/>

ANEXO II**Folha de Clipping**

NOME DO JORNAL:	TÍTULO DA MATÉRIA: _____ _____
CIDADE:	PÁGINA:
DATA:	SEÇÃO:

COLAR A MATÉRIA AQUI